

PRODUZIR PARA EMPREGAR

A mudança que o povo quer!



Plano de Governo

Versão I

Gestão do Estado do Acre (2015-2018)

Tião Bocalom (Governador)
Henrique Afonso (Vice-Governador)
Dr. Roberto Duarte (Senador)



Rio Branco-Acre, Julho de 2014

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1 A FORÇA DE NOVAS IDEIAS	22
2 CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA PARA O ACRE DO SÉCULO XXI	25
3 IDEAIS E COMPROMISSOS DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO PRODUIR PARA EMPREGAR.....	29
4 A MUDANÇA QUE O POVO DO ACRE QUER: GOVERNANDO COM RESPONSABILIDADE	32
5 OS EIXOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA: SEGURANÇA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	35
SEGURANÇA PÚBLICA	36
<i>Objetivo Geral</i>	<i>36</i>
<i>Resultados Esperados.....</i>	<i>36</i>
<i>Estratégias de Ação</i>	<i>37</i>
Estratégias Focais	37
Estratégias Conexas	38
Conselhos Comunitários de Cidadania.	39
Programas para Fortalecimento da Segurança Pública.	40
Ampliação e Fortalecimento do Efetivo e Reparelhamento da Polícia Militar.	40
Modernização da Infraestrutura e Reparelhamento de Delegacias e Quartéis.	41
Polícia da Família	41
Box da Polícia	42
Ampliação e Fortalecimento do Efetivo e Reparelhamento da Polícia Civil.	42
Treinamento e especialização do efetivo policial.....	42
Fortalecimento das ouvidorias	43
Assistência Trabalhista e Psicológica aos Agentes de Polícia.	43
Integração entre os Serviços de Inteligência.....	43
Centro de Ressocialização dos Apenados.....	44
Penas Alternativas e Prestação de Serviços à Comunidade	44
Valorização do Policial.....	44
Vigilância das Fronteiras.....	45
Apoio e Promoção de Atividades Culturais e Educativas	45
Formação de Redes Comunitárias contra a Violência	45
Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	45
Centro de Assistência Jurídico e Administrativo	46
Centro de Assistência Social e apoio às Vítimas.....	46
Campanhas Educativas em Segurança Pública	46
SAÚDE PÚBLICA	46
<i>Objetivo Geral</i>	<i>49</i>
<i>Resultados Esperados.....</i>	<i>49</i>
<i>Estratégias de Ação</i>	<i>50</i>
Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Saúde	50
Construção, Reforma, Adequação e Reparelhamento de Hospitais e Unidades de Saúde	50
Construção de Hospitais da Mulher	51
Construção de Maternidades	51
Construção dos Centros Integrados de Saúde da Mulher	52
Programas Gestão Eficiente em Saúde.....	52
Produtividade Médica	52
Mutirão Cirúrgico	52
Profissionalização da Gestão Hospitalar.....	53
Modernização do Sistema de Compras e Logística de Estoque e Abastecimento.....	53
Gestão Regional de Agendamentos	53
Dinheiro Direto nos Hospitais e Postos de Saúde	54
Programas Fortalecimento da Ação Básica em Saúde.....	54
Saúde da Família	54
Saúde Preventiva.....	54
Viva a Vida	55
Saúde Indígena	55
Saúde na Escola	55
Saúde do Ribeirinho	56
Campanhas Preventivas em Saúde.....	56
Casa Amiga	56
Jovem Médico	56

Eu Quero Sorrir.....	57
Programas Pacto pela Saúde	57
EDUCAÇÃO.....	59
<i>Objetivos Gerais</i>	<i>60</i>
<i>Resultados Esperados</i>	<i>61</i>
<i>Estratégias</i>	<i>61</i>
Programa Educação Básica.	61
Sistema de Cadastro de Demanda da Educação Infantil	64
Transporte Escolar Gratuito	64
Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental	64
Bolsa-aprendiz e bolsa-auxílio para Ensino Profissionalizante	64
Educação de Tempo Integral.....	65
Escolas Rurais Nucleadas.....	65
Poupança Jovem.....	66
Poupança Alfabetização	66
Programa de Intervenção Pedagógica - PIP.....	67
Enriquecimento Curricular em parcerias com a Iniciativa Privada	67
Professor na Sala de Aula	68
Programas de Práticas Pedagógicas e Qualidade da Educação	68
Ambiente Legal.....	68
Sistemas de Tecnologia da Informação para Educação.....	68
Educação Inclusiva	68
Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	69
Educação Indígena	69
Programas de Valorização dos Profissionais em Educação.....	69
Formação Continuada em Gestão Educacional	69
Pós-graduação.....	70
Programas Formação de Capital Humano e Participação Social.....	70
Implantação da Universidade Estadual do Acre	70
Conselhos Comunitários de Cidadania	70
6 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	71
AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA	72
<i>Objetivos</i>	<i>73</i>
<i>Resultados Esperados</i>	<i>73</i>
<i>Estratégias de Ação</i>	<i>73</i>
Programas para a Agricultura de Base Ecológica: Segurança Alimentar	77
Agricultura do Ribeirinho	77
Programas para a Agricultura de Base Familiar: Substituição de Importação	78
Acre Produtivo: manejo de microbacias hidrográficas para a produção de alimentos.	78
Boi verde (pecuária de corte)	80
Apoio a Agroindústria do leite e derivados	80
Pequenos Animais, Grandes Negócios	81
Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Café.....	81
Mais Ração Animal	81
Programas para Agronegócio: Exportação e Geração de Divisas	81
Piscicultura	81
Agroenergias	82
Industrialização da Mandioca.....	83
Programas de Empreendedorismo Rural.....	83
Apoio às Iniciativas de Produção Inovadoras	83
Jovem Rural Empreendedor	83
Mulher Rural Empreendedora.....	83
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE BASE FLORESTAL	84
<i>Objetivos</i>	<i>84</i>
<i>Resultados Esperados</i>	<i>84</i>
<i>Estratégias de Ação</i>	<i>85</i>
Programas de Industrialização de Produtos Florestais	85
Madeira de Lei Industrializada no Acre	85
Pro-Amazônia Verde (produtos florestais não madeireiros)	87
Alimentos Verdes e Organicos da Amazônia	87
7 INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	88
<i>Objetivos</i>	<i>89</i>

<i>Resultados Esperados</i>	90
<i>Estratégias de Ação</i>	90
Programas para o Setor Agroindustrial e Industrial.....	91
Tecnologias inovadoras para processos e produtos agropecuários ou florestais	91
Tecnologias inovadoras em energias alternativas	91
Tecnologias industriais inovadoras	92
Programas para o Setor de Serviços e Comércio	92
Inovação em Tecnologia da Informação.....	92
8 GEOPOLÍTICA PARA A INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA: NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES	93
<i>Objetivos</i>	94
<i>Resultados Esperados</i>	94
<i>Estratégias de Ação</i>	94
Programas Integração e Produção para Exportação.....	95
Ativação da Zona de Processamento de Exportação.....	95
Exploração de gás e petróleo	95
Complexo Industrial Tri-nacional de Bolpebra	96
Integração com rota do Caribe via ponte sobre o rio Madeira	97
Integração Pucallpa – Cruzeiro do Sul	97
Integração turística Cuzco-Rio Branco.....	97
9 INFRAESTRUTURA	98
INFRAESTRUTURA URBANA.....	98
<i>Objetivos</i>	98
<i>Resultados Esperados</i>	98
<i>Estratégia de Ação</i>	98
Programas de Infraestrutura Urbana.....	99
INFRAESTRUTURA RURAL.....	100
<i>Objetivos</i>	100
<i>Resultados Esperados</i>	100
<i>Estratégia de Ação</i>	101
Programas de Infraestrutura Rural	101
INFRAESTRUTURA HABITACIONAL	103
<i>Objetivos</i>	103
<i>Resultados Esperados</i>	103
<i>Estratégia de ação</i>	103
Programas Habitacionais	104
10 DEMOCRACIA E LIBERDADE: COMUNICAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	105
COMUNICAÇÃO.....	106
<i>Objetivos</i>	106
<i>Resultados Esperados</i>	107
<i>Estratégia de Ação</i>	107
Programas de Governo de Comunicação.....	107
Avaliação de políticas públicas	107
Gestão, participação e controle social	108
CULTURA	108
<i>Objetivos</i>	108
<i>Resultados Esperados</i>	108
<i>Estratégia de Ação</i>	109
Programas para Cultura	109
Ampliar a participação do setor privado na promoção cultural	109
Apoiar a comunidade na elaboração de projetos de captação de recursos.....	109
Promover as manifestações culturais que zelem o patrimônio cultural	109
Ampliar a cultura nas escolas	110
Incentivo ao desenvolvimento de mídias autônomas.....	110
ESPORTES E LAZER.....	110
<i>Objetivos</i>	111
<i>Resultados Esperados</i>	111
<i>Estratégia de Ação</i>	111
Programas de Esportes e Lazer	111
Atletas de alto rendimento	111
Otimização dos espaços públicos para lazer e esportes.....	112

11	GESTÃO PÚBLICA: DISCIPLINA, TRANSPARÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	113
	<i>Objetivos.....</i>	<i>114</i>
	<i>Resultados Esperados.....</i>	<i>114</i>
	<i>Estratégia de Ação</i>	<i>114</i>
	Programas de Governo para Gestão Pública	115
	Choque de Gestão	115
	Nova Política de Recursos Humanos	116
	Política de Planejamento.....	116
	Incorporação de Ferramentas Tecnológicas.....	116
	Independência dos Processos de Controle e Fiscalização.	116
12	O FUTURO QUE BUSCAMOS	117
	ÉTICA E POLÍTICA.....	118
	<i>De que Ética precisamos?.....</i>	<i>118</i>
	<i>Como a nova Ética deverá concretizar-se no campo da Política?</i>	<i>119</i>
	Primeiro: Cuidado com a sociedade sustentável.	119
	Segundo: Cuidado com o outro.	120
	Terceiro: Cuidado com os pobres, oprimidos e excluídos.	120
	Quarto: Cuidado com nosso corpo na saúde e na doença	120
	Finalmente, quem construirá uma nova Ética para uma nova Política?	121
	NOSSA VISÃO DE FUTURO.....	121

O nosso Governo será pautado na **Disciplina** e **Transparência**.

I - Disciplina: para não roubar;

II - Disciplina: para aplicar bem o dinheiro público;

III - Disciplina: para atender bem as pessoas.

A transparência será o principal instrumento na fiscalização e garantia da disciplina. Hoje somos o 25º no ranking da Transparência.

Seremos a gestão mais transparente do Brasil, já no primeiro ano de governo.

Apresentação

Este Plano de Governo apresenta as principais diretrizes, princípios e compromissos que nortearão uma futura gestão da **Coligação Produzir Para Empregar** no Governo do Estado do Acre para o quadriênio 2015/2018.

Além da visão de futuro para um Acre de oportunidades, reúne os principais programas nas áreas de Saúde, Segurança, Educação, Produção, Indústria e Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Justiça Social, Cultura, Esporte e Lazer, Gestão e Meio Ambiente, que serão a base para iniciar um novo momento no Estado, com as mudanças necessárias para garantir o crescimento socioeconômico, com sustentabilidade e responsabilidade social.

Apresenta também o compromisso de manutenção das políticas federais nas mais diversas áreas da gestão pública, em especial aquelas relacionadas à transferência de renda (Programa Bolsa Família) e de proteção aos direitos das mulheres, jovens e das minorias.

As propostas contidas neste Plano de Governo foram amplamente discutidas pela equipe técnica e política, com a colaboração de representantes de vários segmentos da sociedade acreana, das iniciativas pública e privada, além de grupos políticos aliados.

A expectativa do grupo de trabalho foi construir um Plano de Governo com ações e programas que possam realmente ser executados, que respeite as aspirações e sonhos do povo acreano, sem a inclusão de falsas promessas e pirotecnias para ludibriar o eleitor.

O Plano de Governo teve também a missão de promover a mudança de paradigmas da política acreana, definindo-se uma nova visão de governo, capaz de proporcionar a todo cidadão acreano,

iguais oportunidades de trabalho e renda, independentemente de sua vinculação política partidária ou de qualquer outra natureza.

Do ponto de vista político, o Plano incorpora um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico que adota novas posturas na forma de governar, baseado em uma moderna gestão pública preparada para equacionar e dar soluções aos principais problemas das áreas de Saúde, Segurança, Educação, Produção, Infraestrutura, Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, Habitação e Social.

A visão central que permeia todas as estratégias, ações e programas do Plano de Governo foi voltada para a valorização do ser humano.

Não podemos deixar de nos indignar com tamanho descaso do poder público com tantas mazelas que atingem o Acre: Mais da metade da população acreana vive abaixo da linha de pobreza; A insegurança e a violência atingindo proporções e índices alarmantes; A população tendo que sofrer racionamento de alimentos básicos devido a total dependência de outros estados; Com altos índices de desemprego, e falta de oportunidades para os jovens; Com uma saúde agonizando por falta de médicos e até medicamentos; E, com um governo que ao invés de punir, defende e premia assessores corruptos.

Nesse contexto, com o sentimento e compromisso ético e moral para realizar a mudança que o povo do Acre quer e precisa, apresentamos alguns dos principais Programas e Ações para reverter esse triste cenário que nosso Estado:

Segurança

Apresentamos nesta proposta de governo um conjunto de políticas para a melhoria das condições de Segurança Pública, baseadas no reforço das atividades constitucionais da Polícia Militar, da Polícia Civil e Agentes Penitenciários, com ênfase no policiamento ostensivo e

investigativo, como também a introdução de planejamento regional baseado nas necessidades locais de cada microrregião do estado, por meio dos Conselhos Comunitários de Cidadania. Dentre os principais Programas e ações nesta área, destacamos:

- Modernização, reforma e reaparelhamento de todas as delegacias e quartéis;
- Ampliação e fortalecimento do efetivo policial, com abertura de concurso público para 3.200 policiais (incluindo agentes penitenciários) e programas de treinamento e especialização;
- Implantar a Polícia da Família e Box da Polícia nos bairros;
- Implantar Centros Rurais de Ressocialização de apenados;
- Implantação dos Conselhos Comunitários de Cidadania, Redes Comunitárias contra a violência e Centros de assistência jurídica e administrativa e Centros de Assistência Social e Apoio às Vítimas;
- Adquirir novas viaturas e garantir a manutenção periódica e o abastecimento diário da frota;
- Garantir a distribuição anual de fardamentos e calçados e abastecimento periódico do estoque de munição e materiais essenciais para a prevenção e combate à criminalidade;
- Integração entre os serviços de inteligência;
- Estabelecer parceria com a Polícia Federal para reforçar a vigilância das fronteiras.

Saúde

Vamos mudar a Saúde Pública no Acre e dar um exemplo para o restante do Brasil. Uma das principais mudanças será na forma de gerenciamento das políticas de Saúde, com uma gestão puramente técnica.

Será dada ênfase a melhoria dos processos de gestão e de atendimento da população, pela introdução de melhores práticas de gestão e de programas voltados para equacionar as atuais demandas, reduzindo-se drasticamente o tempo de espera de consultas e exames e aumentando os resultados curativos. Dentre os principais Programas e ações nessa área, destacamos:

- Reforma, ampliação e adequação de todos os hospitais e unidades de Saúde e acabar com as filas de consultas, exames e cirurgias;
- Construção de Hospitais da Mulher em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasileia;
- Construção de maternidades em todos os municípios;
- Concluir o Hospital Regional de Brasileia;
- Construção de Centros Integrados de Saúde da Mulher na capital e principais cidades do interior;
- Transformar a Policlínica do Tucumã em Unidade de Pronto Atendimento 24 horas –UPA;
- Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para melhorar o atendimento da população nos hospitais dos municípios, incluindo no mínimo seis (06) tomógrafos e duas (02) ressonâncias magnéticas e a instalação de aparelhos de ultrassonografia e eletrocardiogramas (pela internet) em todos os municípios;
- Disponibilizar ambulâncias nos Postos de Saúde das cidades e áreas rurais;
- Ampliar o programa saúde itinerante com médicos e dentistas realizando atendimento de forma regular, inclusive com mamógrafos;
- Implantar o programa “Mutirão Cirúrgico”;
- Implementar centrais de transplante e captação de órgãos;

- Garantir a manutenção periódica e sistemática dos equipamentos médico-hospitalares, que constantemente impedem o atendimento adequado à população por estarem danificados ou inoperantes;
- Estabelecer e fortalecer parcerias com todas as prefeituras para ampliar a estratégia do Programa de Saúde da Família (PSF), incluindo pagamento de médicos e dentistas nas cidades e áreas rurais;
- Fortalecer a atenção primária em saúde ampliando a cobertura da estratégia de saúde da família (ESF) – Policlínicas, Centros de Saúde, Especialidade odontológicas, etc;
- Programa de Fortalecimento das Ações Básicas em Saúde, com ações no âmbito da saúde da família, prevenção e controle de endemias, mortalidade infantil, saúde indígena, do ribeirinho, jovem médico e programa odontológico “Eu quero Sorrir”;
- Implantar o Programa Gestão Técnica e Eficiente do Sistema Estadual de Saúde, com premiação por produtividade e transparência;
- Implantar um sistema de gestão e controle de estoques para garantir o abastecimento diário de medicamentos e materiais médico-hospitalares;
- Implantar o sistema Gestão Regional de Agendamentos;
- Implantação do Prontuário Eletrônico Único e aquisição de equipamentos para digitalização de documentos em todas as unidades de saúde dos municípios e do Estado, interligadas via internet;
- Implantar o Programa Dinheiro Direto nos Hospitais e Postos de Saúde;
- Implantar o programa Pacto pela Saúde;

- Reivindicar pela implantação da Carreira de Estado para todos os servidores do SUS, financiada proporcionalmente pelos Fundos de Saúde, nacional, estadual e municipais;
- Ampliar o Programa de Assistência aos Dependentes Químicos, firmando parceria com entidades que atuam na recuperação e reinserção social dos dependentes.

Educação

Outra área crítica a ser priorizada na nova gestão do governo será a educação, que deverá alcançar melhores índices de desempenho, para colocar definitivamente o estado em uma condição de destaque nacional. Também nesta área o esforço estará focado na melhoria dos processos de gestão administrativa e na valorização do trabalho do professor. Dentre os principais Programas e ações nesta área, destacamos:

- Implantar a Universidade Estadual do Acre;
- Construção, reforma e ampliação de Escolas em todos os municípios;
- Implantar escolas de tempo integral de ensino fundamental e médio nos municípios;
- Implantar escolas centralizadas (nucleadas) na zona rural;
- Readequar o quadro de profissionais com a realização de concurso público para contratação de 4 mil novos professores, além de técnicos em tecnologia da informação, de psicólogos e assistentes sociais;
- Implantar o Programa “Poupança Jovem”;
- Garantir transporte gratuito para todos os alunos da rede estadual;
- Implantar o Programa “Poupança Alfabetização” (redução do analfabetismo em 50%);
- Implantar o “PIP” - Programa de Intervenção Pedagógica;

- Implantar a disciplina de empreendedorismo nas escolas a partir do sexto ano.

Produção, Indústria e Ciência e Tecnologia

Umas das prioridades deste Plano de Governo será alcançar o autodesenvolvimento do Estado do Acre, liberando as amarras existentes, de forma que possamos efetivamente fazer uso dos recursos disponíveis, para a geração de renda e emprego.

O novo modelo econômico irá incentivar a produção de alimentos e produtos agropecuários e florestais, em quantidade e qualidade suficiente para suprir nossas necessidades atuais no tocante ao abastecimento local, mas também para gerar excedentes que sejam exportados para outras regiões e países.

A agregação de valor dos produtos, por meio da verticalização da produção (primária e secundária), fortalecendo o desenvolvimento industrial, foi colocada como um dos grandes desafios a serem alcançados, por representar uma das alternativas para a geração de milhares de empregos e melhor distribuição de renda.

Por isto, especial atenção foi dada à nova política industrial a ser implementada, que possa efetivamente agregar valor aos produtos locais (sejam agropecuários ou florestais), garantindo produtividade, qualidade e diferencial social frente a outros mercados produtores, permitindo a competitividade nos variados mercados consumidores.

A nova política industrial também terá outras vertentes, que focadas no melhor aproveitamento da condição geopolítica do Estado do Acre, dada sua situação em área de fronteira com a Bolívia e o Peru, mas também pela possibilidade de seus produtos serem escoados tanto pela rota do Pacífico, via estrada do Pacífico, como pela rota do Caribe/Atlântico, via o porto do rio Madeira (em Porto Velho), visando

não só atrair investidores de outras regiões, mas também apoiar o empresariado local e criar novas empresas e novos negócios que possam aproveitar essas oportunidades de logística.

Outro componente da nova política industrial será o sistema de ciência e tecnologia do estado que deverá apoiar as iniciativas empresariais de modernização e inovação tecnológica, na busca de um ambiente industrial efetivamente capaz de competir com mercados internos e externos. Dentre os principais Programas para um Acre Produtivo, destacamos:

- Implantar uma nova política de assistência técnica com o programa "Liberdade para Produzir";
- Incentivar o cultivo de aproximadamente 100 mil hectares de soja, milho, arroz, feijão, com as mais modernas tecnologias de produção;
- Estabelecer garantia de preços mínimos para produtos da cesta básica;
- Fomentar o programa Mais Alimentos;
- Estabelecer programa de subsídios para aquisição de calcários, adubos, sementes e outros insumos;
- Implantar o programa de mecanização agrícola com aquisição de tratores e equipamentos;
- Apoiar a produção agrícola e criação de pequenos animais em áreas indígenas e de conservação garantindo maior segurança alimentar para as famílias destas áreas;
- Fortalecer a cadeia produtiva da farinha e fécula de mandioca, em grande escala;
- Implantar programa de fortalecimento da fruticultura e da agricultura de exportação;
- Fortalecer a pecuária de corte;

- Fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de leite para atingir a meta de 500 mil l/dia, bem como agroindústria de leite e derivados;
- Implantar programas de apoio a criação de pequenos animais e sua industrialização;
- Incentivar a implantação de novas indústrias com programas de incentivo às atividades industriais e comerciais e atração de investimentos internos e externos;
- Incentivar o reflorestamento de áreas impróprias para agricultura e/ou pecuária;
- Implantar o Programa de Reflorestamento para abastecimento do setor madeireiro e moveleiro e geração de energia;
- Implantar os Programas Jovem Rural Empreendedor e Mulher Rural Empreendedora;
- Garantir assistência jurídica e contábil gratuita para microempreendedores informais, incluindo camelôs.

Infraestrutura

Na área de infraestrutura, as intervenções buscam promover a melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana do estado. Para isto, serão priorizadas na capital e em todas as sedes dos municípios e nas vilas e distritos as seguintes ações e programas:

- Concluir a BR-364 até Cruzeiro do Sul, com transparência do executado e a executar;
- Garantir a manutenção periódica das Rodovias Federais BR-364 e BR-317;
- Recuperar e alargar as Rodovias Estaduais AC-10, AC-475 e AC-90;
- Estabelecer parcerias com o governo federal, para ligação rodoviária entre todos os municípios;

- Articular junto ao governo federal e ao governo do Estado de Rondônia a construção da ponte sobre o rio Madeira;
- Pavimentar ruas, avenidas e calçadas em todos os municípios e asfaltar no mínimo 200km em Rio Branco;
- Ampliar e modernizar a malha viária de Rio Branco;
- Concluir a Cidade do Povo em Rio Branco;
- Construir milhares de casas populares diretamente nos terrenos de famílias carentes, bem como implantar novos conjuntos habitacionais;
- Garantir o fornecimento de água potável ininterrupta (24 horas) em todas as cidades do Acre;
- Reestruturar e ampliar os sistemas de saneamento básico nos municípios;
- Garantir tratamento de 100% do esgoto em Rio Branco;
- Estabelecer parcerias com prefeituras e com o Incra para abertura e recuperação de 80% dos ramais, bem como asfaltar os ramais principais;
- Construir o anel viário de Brasileia, incluindo a ponte sobre rio Acre que liga Brasileia a Epitaciolândia;
- Construir pontes ligando as sedes dos municípios a bairros e projetos de assentamento agrícola nas cidades onde haja essa demanda (Porto Acre, Xapuri, Sena Madureira, etc.)
- Garantir a desobstrução de rios e igarapés;
- Construir portos, rampas e embarcadouros em áreas estratégicas.

Justiça Social: Assistência, Mulheres, Indígenas, Jovens e minorias

Iremos promover o respeito as diferenças, ao debate e as todas as minorias, sejam populações indígenas, populações tradicionais e grupos sociais, políticos ou econômicos.

A grande diferença de postura que pretendemos implantar a respeito nessas políticas será dar voz as minorias, criando políticas e ações que reflitam as efetivas aspirações de cada grupo.

Um dos principais compromissos deste governo será garantir o fortalecimento e ampliação dos programas federais de assistência e transferência de renda (Bolsa Família), como também viabilizar efetivas condições para que os beneficiários possam encontrar a porta de saída e conseguir seu emprego e renda com dignidade.

Também iremos fortalecer e ampliar os programas federais de apoio as mulheres, jovens, trabalhadores, idosos e as minorias, desenvolvendo parcerias com o governo federal e apoiando os municípios nas áreas que forem de sua competência.

Também serão alocados recursos específicos para apoiar iniciativas empreendedoras e formação profissional para mulheres e jovens, não apenas para a qualificação da mão de obra, mas também com incentivo para a criação e fortalecimentos de novos negócios. Dentre os principais Programas e ações nesta área, destacamos:

- Garantir e melhorar os programas federais de assistência e transferência de renda (Bolsa Família e outros programas);
- Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social-SUAS;
- Fortalecer os Conselhos de Assistência Social nos municípios;
- Fornecer um kit enxoval para os recém nascidos em famílias de baixa renda;
- Implantar o programa de apoio as mulheres empreendedoras, incluindo qualificação profissional;
- Implantar o programa de apoio aos jovens empreendedores, incluindo qualificação profissional;
- Promover a valorização e inserção da mulher no mercado de trabalho;

- Priorizar as mulheres chefes de família na distribuição de casas populares;
- Reduzir o tempo de espera no atendimento dos programas de saúde da mulher;
- Garantir e fortalecer os Fóruns, Conselhos e demais instrumentos de promoção das políticas para mulheres;
- Implementar ações de prevenção, enfrentamento e assistência as mulheres vítimas de violência;
- Criar programas de segurança alimentar (criação de pequenos animais e agricultura de base ecológica) junto as populações tradicionais e indígenas;
- Promover a educação indígena inclusiva;
- Garantir oferta de alimentos a preço de custo adquiridos diretamente do produtor rural acreano, por meio da Cageacre, para todas as famílias de baixa renda e beneficiários do programa Bolsa Família do estado;

Comunicação, Cultura, Esportes e Lazer

Na área de comunicação, cultura, esporte e lazer vamos democratizar os meios de comunicação e de acesso aos espaços públicos, recursos culturais e de ao esporte e lazer, para que a população possa exprimir seus valores culturais e alcançar a liberdade de expressão e pensamento, sem a imposição de valores ou comportamentos.

Essa prática possibilitará a criação de um ambiente sadio e criativo, necessário até mesmo para que todas as políticas de desenvolvimento sejam efetivadas. Dentre as principais ações e programas, destacamos:

- Construir o Centro Olímpico de Rio Branco;
- Apoiar efetivamente todas as iniciativas e práticas desportivas e culturais em todos os municípios, a exemplo

das escolinhas de futebol, artes marciais (Capoeira, Kung Fu, Jiu Jitsu, Taekwondo, Festival de Quadrilhas, Festival de Fanfarras, outros);

- Resgatar e apoiar festivais de música, teatro e danças;
- Criar e implantar o circuito estadual de rodeio;
- Criar e implantar o circuito estadual de motocross;
- Resgatar e fortalecer os centros de juventude em todos os municípios.

Gestão

Estamos conscientes de que as mudanças que a sociedade tanto almeja somente serão alçadas se a população do Acre também atuar como protagonista no processo. Mas, para que este envolvimento ocorra, primeiro o novo governo do estado terá que dar o exemplo e adotar as medidas necessárias para acabar com a corrupção, tornando as ações governamentais realmente mais transparentes.

Uma das ações emergenciais deste governo será promover a mudança de postura dos agentes públicos, especialmente em relação ao trato e atendimento à população, dando voz as minorias e criando políticas e ações que reflitam as principais aspirações e garanta a participação de cada grupo de interesse.

Vamos ainda incluir a valorização do servidor de carreira com base em seu mérito profissional, criando processos de promoção baseados na produtividade e no alcance de metas, como também adotar uma gestão com disciplina e transparência nas ações governamentais, além de garantir a independência dos órgãos e dos processos de controle e de fiscalização, como tribunal de contas e ministério público estadual. Dentre os principais Programas e ações nesta área, destacamos:

- Implantar o “Choque de Gestão”, com ênfase no planejamento e sistema de gerenciamento;
- Implantar a política de valorização do servidor público, premiando de acordo com os resultados alcançados;
- Redução do número de Secretarias de Estado, sem nenhum prejuízo para os servidores públicos que serão realocados na nova estrutura administrativa;
- Garantir que no mínimo 50% dos cargos comissionados sejam ocupados por Servidores de Carreira;
- Realizar concurso público para contratação de mais de 8.000 (oito mil) novos funcionários (incluindo profissionais da segurança e educação).

Meio Ambiente

O desenvolvimento com sustentabilidade é premissa deste governo, onde o ser humano será o principal componente do ambiente a ser protegido e valorizado.

Desenvolvimento sustentável não é um conceito novo, mas vamos estar atentos para a questão chave do conceito: permitir que as **atuais** e **futuras gerações** tenham acesso aos recursos ambientais; sem exclusão como ocorre hoje com grande parte da população acreana.

Assim, na questão do meio ambiente a qualidade de vida do ser humano será a meta principal a ser alcançada. Atuaremos para que, de forma transversal, estejam presentes os princípios do desenvolvimento sustentável, com justiça social e cultura de paz com radicalização da democracia em todas as ações do governo. Dentre os programas específicos nesta área, destacamos:

- Implantar sistemas de tratamento de esgotos com biodigestores nos municípios;

- Implementar o programa de Educação Ambiental nas escolas;
- Apoio as prefeituras na limpeza e despoluição de igarapés e córregos especialmente nas áreas urbanas;
- Apoio as prefeituras na implantação de unidades de tratamento de resíduos sólidos.

A efetiva melhoria destas áreas supramencionadas é considerada o alicerce para o alcance de um governo mais humanitário para o Estado do Acre.

Por tudo o que foi exposto, as ações e programas inseridos neste Plano de Governo foram pautadas pelo pleno respeito à democracia, em especial aos que mais necessitam do poder público e, ainda, com a integração do homem às políticas ambientais.

A proteção e a conservação ambiental será considerada como uma política de promoção de qualidade de vida e de melhoria dos processos de produção, e não como uma ferramenta de exclusão social ou de punição ao trabalho, como ocorre atualmente.

Com este Plano, trazemos à sociedade uma nova visão de desenvolvimento econômico e social para o Acre, que se fundamenta em um estado democrático, com a missão de prover serviços públicos de qualidade, com liberdade para trabalhar e construir um futuro melhor.

Ressaltamos que este documento não deve ser visto como uma proposta definitiva, pois estará em constantes atualizações na expectativa de inserir propostas pautadas nas prioridades e demandas estruturantes da sociedade acreana.

Portanto, representa o compromisso inicial da **Coligação Produzir Para Empregar** em direção a uma nova abordagem política e

administrativa para o desenvolvimento do Acre, como o ponto de partida do debate que pretendemos levar adiante com a sociedade acreana durante todo o processo eleitoral, para que, em janeiro de 2015, possamos ter o plano executivo de amplamente discutido e aprovado, pronto para nortear as ações do novo governo.

É por isto que lutamos, sem temer, pela mudança que o povo quer.

Rio Branco – Acre, Julho de 2014.

Tião Bocalom & Henrique Afonso

1 A FORÇA DE NOVAS IDEIAS

A Coligação Produzir Para Empregar acredita que a força do trabalho para um novo modelo de desenvolvimento social e econômico constituem-se no meio necessário para a construção de uma nova sociedade acreana.

Uma sociedade que seja fundamentada nos princípios democráticos e na distribuição de renda por meio da geração de empregos e negócios inovadores, onde exista plena liberdade para o desenvolvimento das empresas e o crescimento profissional, em um ambiente saudável, onde o estado seja, essencialmente, um provedor de qualidade de serviços de saúde, educação, segurança, infraestrutura, tecnologia, lazer, cultura e esportes.

Produzir Para Empregar implica na crença de que necessitamos de um governo mais humanitário, que proporcione ao ser humano o direito

ao trabalho, a renda e a liberdade, para que assim tenha melhores condições de vida.

E, por acreditar na mudança, lutamos por um novo modelo de desenvolvimento. Um modelo que possa retirar o Acre da atual estagnação econômica, que permita que a sociedade possa produzir bens e valores e compartilhar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento social e econômico.

Um novo modelo que não seja excludente, que não sirva apenas favorecer uma pequena parcela da população como hoje ocorre.

Por isso, afirmamos que a Coligação Produzir Para Empregar proporcionará os meios para que o povo possa produzir e trabalhar livremente, eliminando os direcionamentos e a imposição política hoje praticada, que inibe a livre iniciativa de crescer e se desenvolver.

O governo da Coligação Produzir Para Empregar vai criar mecanismos e incentivos para a produção em alta escala de produtos alimentícios, como arroz, feijão, farinha e fécula de mandioca, café, soja, milho, leite, suínos, aves, peixes, e outros.

Vai apoiar a aplicação de tecnologias modernas para aumentar a produtividade não só da agricultura, mas também da pecuária de corte e leite, tanto para pequenos, como para médios e grandes produtores rurais. Também incentivaremos a implantação de agroindústrias e de indústrias de transformação de médio e grande porte em nosso Estado.

Na área rural, reconhecemos a riqueza de nossas florestas. Por este motivo, vamos estabelecer um programa para aproveitarmos ao máximo desta riqueza com sustentabilidade ambiental e econômica e, principalmente, com responsabilidade social, para que o ser humano

que habita essas florestas tenha dignidade e qualidade de vida, ao invés de ser escravo dela.

Também assumimos o compromisso e incondicional apoio à industrialização do Estado e apoiar fortemente a abertura de novos negócios e criação de oportunidades, inclusive para a exploração do gás e do petróleo na região do Juruá, de minerais de argilas e outros recursos minerais que possam existir no estado.

Nosso Governo vai trabalhar para garantir que a geração de emprego e renda beneficie a população acreana, e não a de outros estados. Apoiaremos todas as iniciativas empreendedoras incrementando a produção local.

Pautaremos nossos esforços no combate à corrupção e na readequação do tamanho da máquina pública, principais causas de desperdício dos recursos públicos, viabilizando aumentar e otimizar os investimentos em Saúde, Segurança, Educação, Infraestrutura e em todas as demais áreas do governo.

Sabemos o que precisa ser feito na gestão do governo e, por isto, afirmamos que faremos a mudança que o povo do Acre quer no modo de governar e de administrar nosso Estado.

Temos orgulhos em dizer que somos a força das novas ideias: não nos intimidamos com os desafios de realizar um governo mais humano, capaz de proporcionar melhores condições de vida e de cidadania para todos os que aqui vivem.

2 CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA PARA O ACRE DO SÉCULO XXI

Se fosse possível definir em uma única frase que tipo de mudança o Acre mais precisa, provavelmente esta frase seria: “precisamos trabalhar para construir uma sociedade mais humana, onde o bem estar das pessoas seja a verdadeira prioridade dos governos”.

A história do Acre, desde antes de sua história de luta para pertencer ao Brasil, pode ser relatada sob diferentes formas, mas no fundo existe um componente comum a respeito de como as pessoas que aqui viveram ou ainda vivem: desde a chegada dos primeiros imigrantes, ainda no final do século XIX, até os atuais moradores e novos imigrantes no final do século XX e início deste século XXI, todos vieram para essas terras em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

A esperança de todos, os imigrantes ou seus descendentes, sempre foi encontrar no Acre condições de trabalho e a renda necessária para melhorar de vida. Vieram fugindo da seca no nordeste ou do trabalho exaustivo e pouco compensador em outras regiões brasileiras, acreditando que as terras acreanas, ricas e férteis, lhes proporcionariam as condições de vida que não haviam em seus locais de origem.

Homens e mulheres trabalhadores, muitas vezes deixando seus familiares, vieram para o Acre em busca de realizar sonhos com a força do seu trabalho.

As populações que migraram para essa região historicamente foram vítimas dos detentores do poder político local, com uma regra de domínio quase que imutável em todas essas décadas: o trabalho das pessoas mais simples sempre foi explorado, sem que elas tivessem a liberdade de produzir ou trabalhar naquilo que lhe fosse melhor, sendo

obrigadas apenas a adquirir os bens e serviços que o detentor do poder permitisse, ao preço que lhe fosse imposto.

Basta lembrar que os primeiros imigrantes, que se tornaram trabalhadores dos seringais (seringueiros), viviam em um regime de semiescravidão, onde não podiam cultivar a terra para produzir seus próprios alimentos, mas apenas extrair as riquezas da floresta para os detentores do poder político-econômico local. Uma proibição que nem mesmo era encontrada nas antigas fazendas do final do período escravagista de outras regiões brasileiras, onde os proprietários de terras concediam aos colonos pequenos lotes para que cultivassem seus próprios alimentos.

Este tipo de servidão repetiu-se com os soldados da borracha e persistiu até a completa exaustão econômica do modelo extrativista tradicional.

Depois, vieram os pecuaristas da região sul-sudeste do país, adquirindo grandes extensões de terras para a criação de gado, encontrando abandonados nas florestas, os posseiros descendentes daqueles primeiros seringueiros que vieram para o Acre. E junto aos pecuaristas, vieram milhares de famílias de agricultores, também na esperança de trabalhar em terras acreanas, nas dezenas de projetos de assentamentos agrícolas que foram se formando no estado por iniciativa do governo federal e estadual que queria colonizar essas terras.

Eram as colônias de pequenos produtores rurais. Posteriormente, foram, novamente, deixados de lado, em nome de uma política ambiental que impôs um modelo econômico quase que nada diferente daquele ocorrido no século XIX, que se chamou de *Florestania*: os produtores rurais foram cerceados no cultivo da terra, e muitos deles punidos com pesadas multas ambientais, em nome de um novo

extrativismo florestal que mais uma vez enriquecia poucos e deixava a maioria em situação de miséria.

Prometeram gerar milhares de empregos por meio dessa economia florestal dita sustentável, saúde de primeiro mundo e até mesmo que o Acre seria o melhor lugar para se viver na Amazônia, todavia, o que restou foi apenas o abandono e a falência de um modelo que se supõe justo mas que, na prática, pouco faz pelo bem estar do ser humano.

Muitos dos filhos daqueles imigrantes, uma geração que cresceu nas gestões deste governo, hoje tornaram-se vítimas da violência, do tráfico de drogas, da prostituição e do modelo falido que o atual governo implantou há 16 anos.

Isto ocorre porque a população acreana ainda carece da plena cidadania e garantia de seus direitos.

O povo acreano ainda continua submetido a um regime de semiescravidão, proibido de expressar suas opiniões e até exercer a livre iniciativa para o trabalho.

Ainda hoje, uma grande parcela da população acreana é obrigada a servir apenas os interesses daqueles que detêm os meios de produção. A diferença, é que não é mais o seringueiro que os explora, mas o Governo, que na farsa de tornar essas florestas de uso públicas, as privatizou em favor de grupos econômicos aliados, deixando as populações tradicionais abandonadas e cada vez mais dependentes de políticas de transferência de renda.

Nesta rica parte da Amazônia, grande parcela do povo vive na extrema miséria. O governo que deveria estar a serviço da população acreana, está focado meramente em interesses particulares e de um pequeno grupo aliado.

Mas o povo do Acre é aguerrido e carrega uma rica história de superação, luta e conquistas, e certamente saberá aproveitar as possibilidades para construção de um futuro melhor.

E para que isso seja possível, resta a opção da luta democrática para superar este histórico de exploração e cerceamento das oportunidades de trabalho e crescimento para a grande maioria da população.

A mudança para uma sociedade moderna, onde o povo do Acre possa realmente exercer sua plena cidadania, que não se resume apenas aos direitos políticos de escolher seus governantes mas, principalmente, o direito de se expressar livremente, de trabalhar, de produzir e de gerar emprego e renda.

É a força do trabalho do povo acreano que construirá um novo futuro, com liberdade para trabalhar e crescer, participando igualmente das oportunidades e utilizando as riquezas, até então ofertadas somente à uma pequena parcela da nossa população.

O momento de começar a mudança é agora. Que não se perca mais essa oportunidade. É para isto que lutamos.

3 IDEAIS E COMPROMISSOS DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO PRODUZIR PARA EMPREGAR

Um dos principais compromissos da Coligação Produzir para Empregar, representado pelos partidos políticos que a compõe (Partido Democratas, Partido da Mobilização Nacional e o Partido Verde) será com a liberdade e justiça social, sob todas as suas formas.

Somos contrários a qualquer processo de centralização do poder por entender que essa prática atinge gravemente o dinamismo socioeconômico, impedindo o desenvolvimento sustentável da sociedade acreana.

Aos integrantes desta Coligação impõe-se o dever de zelar pelo patrimônio de liberdade e, sobretudo, libertar o povo acreano sufocado pelo centralismo que hoje impera em todos os meios de produção e serviço locais.

O processo de libertação das amarras da concentração de poder incluirá a proteção do cidadão contra a asfixia da perseguição política e a contenção da interferência excessiva do Estado, especialmente nas atividades econômicas.

Os integrantes desta Coligação também reconhecem que existem problemas e desigualdades que não podem ser satisfatoriamente resolvidos pelo livre jogo das forças de mercado, existindo, portanto, um espaço legítimo, sobretudo na área social e ambiental, para a atuação do Estado, sem comprometer o mais puro sentido de liberdade.

A Coligação Produzir Para Empregar também acredita firmemente na concepção de que o ser humano deve ser livre para manifestar suas ideias, acessar informações, professar uma religião e escolher seus

representantes por meio de todas as formas que o Estado de Direito garante. E deve também ser livre da fome, da miséria, do desemprego, da ignorância e da insegurança.

Reafirmamos a prevalência do interesse coletivo sobre o individual, sem contudo perder o foco que é o Homem o destinatário final de toda a ação social, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade. O desenvolvimento que pregamos será construído, portanto, a serviço prioritário do Homem.

Os partidos da Coligação Produzir Para Empregar comprometem-se com a mudança. Um estado onde a maioria da população ainda padece com tantas mazelas sociais, população que demonstra um grande anseio por mudança. O povo acreano carece de reformas essenciais e, a seu lado, lutaremos para alcançá-las por meios democráticos e sem transigências que as retardem ou nos impeçam de torná-las realidade.

Reafirmamos a integral fidelidade e fortalecimento das culturas e liberdades regionais. É extremamente importante preservar nossa identidade cultural, promover o processo de desenvolvimento e buscar a redução progressiva de nossa dependência de outras regiões, especialmente nas áreas de produção, tecnologia e do pensamento das políticas ambientais. Manteremos nossas portas e janelas abertas para o mundo na busca de uma justa e construtiva interdependência.

O desenvolvimento do Acre será colocado como uma necessidade imperiosa e constituirá a aspiração generalizada e a poderosa fonte de motivação que moverá cada integrante e parceiro da Coligação Produzir para Empregar.

Acreditamos que o povo acreano não merece ser submetido a qualquer tipo de estagnação ou recessão e, dentro desta perspectiva,

o Estado do Acre não vai tolerar qualquer tipo de pressão ou imposição capaz de colocar em risco o seu futuro, o seu desenvolvimento, a paz social e a garantia de oportunidades de trabalho para os seus filhos.

Por isto, lutaremos para garantir aos trabalhadores e trabalhadoras do Acre, liberdade e apoio para organização, remuneração justa, condições mínimas para alimentação, justiça social em todas as suas formas, saúde humanizada e assistência médica, lazer, habitação digna, proteção contra o desemprego e demais condições necessárias à valorização da vida.

Lutaremos, principalmente, para a atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento. Pautaremos nossas ações baseados na ética, transparência e disciplina como precondições para conquista da credibilidade e participação popular, indispensáveis ao êxito da ação governamental.

Por este motivo, os partidos da Coligação Produzir Para Empregar assumem o compromisso claro com a rigorosa observância das normas de austeridade e honestidade no trato da gestão pública, com expressa intolerância à corrupção em todas as suas formas.

4 A MUDANÇA QUE O POVO QUER: GOVERNANDO COM DISCIPLINA E TRANSPARÊNCIA

Este Plano enumera uma série de mudanças que se pretende introduzir no governo do Estado do Acre, como também destaca algumas das políticas públicas consideradas relevantes e que devem permanecer ou serem ampliadas, a exemplo da construção da Cidade do Povo, do Programa Peixes da Amazônia e o aumento da abrangência dos programas de transferência de renda, que passarão também a contar com alimentos comercializados à preço de custo para todas as famílias do Bolsa Família.

Enfatiza também que a economia acreana necessita de mais liberdade econômica, pois somos favoráveis a tese de que é preciso reduzir o autoritarismo do poder político e valorizar mais a liberdade socioeconômica em todos os setores da sociedade acreana.

Na área ambiental, vamos fazer com que o Instituto de Meio Ambiente do Acre atue de forma proativa na melhoria dos processos de gestão ambiental, com uma ação muito mais educativa e propositiva do que simplesmente punitiva. Vamos trocar o bloco de multas por subsídios ambientais para a introdução de melhores técnicas de produção, seja na área rural como também na área urbana.

Propomos um governo de disciplina e transparência acreditando que é possível governar sem fisiologismo, sem corrupção, sem entregar fatias do Acre a pequenos grupos e setores atrasados da vida pública acreana.

E, acima de tudo, o Estado do Acre precisa ser resgatado desta situação em que foi entregue aos partidos políticos. Por isto, reduziremos o tamanho da máquina estatal que hoje é usada para apoiar grupos

políticos e abriremos espaço na administração pública para quem efetivamente quer trabalhar para construir um Acre cada vez mais promissor. Para isso, formaremos uma equipe composta pelos melhores e mais comprometidos quadros técnicos disponíveis em todos os segmentos da sociedade acreana, reconhecendo e valorizando principalmente os valorosos servidores públicos de carreira.

Também será preciso reduzir o endividamento do estado, dando prioridade à escola pública e aos programas sociais contra o empobrecimento; será preciso reduzir os impostos, estimular o emprego e apostar na iniciativa privada como mola propulsora no combate ao desemprego.

Vamos realizar um governo de força, pois o Estado do Acre precisa de um governo forte, mas não para reprimir adversários políticos. Precisamos de um governo forte para resolver os problemas dos acreanos sem ameaças de retaliações econômicas ou profissionais.

E, por tudo isto, elencamos neste Plano de Governo algumas das mudanças que faremos, ressaltando que diversas outras ações ainda serão contempladas no decorrer da campanha e de nosso futuro governo. Quando afirmamos que prezamos pela liberdade econômica e inovação, significa que estaremos flexíveis e abertos a novas ideias e soluções que não foram aqui apresentadas.

Reiteramos que um governo de mudança não significa abandonar as políticas públicas que estão funcionando, estas serão fortalecidas e melhoradas.

Vamos fazer um governo de mudança com responsabilidade, ampliando e incluindo todos os programas federais necessários à melhoria das condições de vida e de geração de emprego e renda para os acreanos.

Atuaremos com o governo federal dentro das responsabilidades do pacto federativo, contando com os programas federais para melhorar as condições de moradia, o saneamento básico, o apoio a industrialização e a ligação rodoviária de todas as cidades do Estado.

Também do ponto de vista da relação com os municípios, vamos fortalecer e ampliar todas as parcerias e ações existentes, em especial, transferindo mais recursos para que as prefeituras possam atender as necessidades da população, pois são os prefeitos aqueles administradores que melhor conhecem a realidade de cada local.

Vamos mudar. Mudar para melhor. Mudar para implementar os ajustes e correções que um governo de continuísmo não ter força e interesse para fazer.

5 OS EIXOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA: SEGURANÇA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Para que possamos ter uma sociedade mais humana, precisamos garantir à toda população o pleno exercício de sua cidadania.

Mas isto não é suficiente se as pessoas também não tiverem acesso a outros direitos, como aqueles ligados ao mundo do trabalho, como o direito ao salário e ao emprego, direito ao lazer, a cultura e, não menos importante, também aqueles de caráter social mais geral, como acesso à educação de qualidade, acesso a serviços dignos de saúde, habitação digna, lazer, acesso à cultura e a justiça social.

Justiça social para garantir liberdades fundamentais para todos, igualdade equitativa de oportunidades.

Do ponto de vista da gestão de um estado moderno, três destes direitos são fundamentais para o bem estar de todas as pessoas: direito a segurança (com justiça social), a saúde (para qualidade de vida) e a educação (com oportunidades de desenvolvimento individual e condição para o pleno exercício dos demais direitos e deveres).

E é por este motivo que a Coligação Produzir Para Empregar definiu como uma de suas principais prioridades a melhoria dos processos de gestão da segurança, da saúde e da educação pública, que são aqui considerados os alicerces para uma sociedade mais justa e equilibrada: o tripé de uma sociedade mais humana que pretendemos proporcionar para o Acre do século XXI.

SEGURANÇA PÚBLICA

A política de Segurança Pública incluirá ações que se interligarão por meio de estratégias focais e estratégias conexas.

Estratégias Focais serão todas aquelas que envolvem os componentes preventivos, repressivos e judiciais relacionados à política de Segurança Pública, e **Estratégias Conexas** serão aquelas que envolvem os componentes socioeconômicos.

Esse conjunto de estratégias serão implementadas por meio de diversos programas de governo, que correspondem às ações de gestão governamental baseadas em compromissos, objetivos específicos e metas compartilhadas nas diferentes esferas da administração pública estadual.

Objetivo Geral

Alcançar uma ordem pública baseada em estado de serenidade, apaziguamento e tranquilidade, em consonância com as leis, os preceitos e os costumes que regulam a convivência em sociedade.

Resultados Esperados

Os principais resultados buscados com a nova Política de Segurança Pública serão:

- a) Garantir maior atuação de policiamento ostensivo pela Polícia Militar nos bairros e nas comunidades mais afastadas;
- b) Reduzir o tempo de atendimento das ocorrências realizadas pela Polícia Militar;
- c) Aumentar a taxa de elucidação dos crimes investigados pela Polícia Civil;

- d) Reduzir a pressão causada pelos fatores socioeconômicos que propiciam o aumento da criminalidade.

Estratégias de Ação

As Estratégias de Ação serão direcionadas para ampliar as ações de vigilância e repressão ao crime, como também para garantir a contínua modernização dos recursos policiais e melhorias nos processos de gestão das corporações de policiamento. Nesta estratégia estão incluídos aqueles programas de governo capazes de viabilizar uma segurança pública mais efetiva na prevenção, na reparação do dano, no tratamento das causas da criminalidade e na reinserção na sociedade do autor do ilícito.

As Estratégias Conexas estarão focadas na redução dos fatores e causas indutores da violência e dos crimes ao patrimônio público e privado, inclusive daqueles fatores relacionados à baixa oferta de emprego e renda para a juventude. Essa estratégia ainda englobará os programas relacionados à defesa dos direitos e a qualidade de vida da população, inclusive nos aspectos educacional e de saúde.

Serão criados os Conselhos Comunitários de Cidadania, os quais organizarão as estratégias e integração entre a Secretaria de Segurança Pública e outras secretarias de Estado, além da sociedade civil organizada.

Estratégias Focais

As Estratégias Focais serão desenvolvidas pelas corporações da Polícia Civil, da Polícia Militar (inclusive Corpo de Bombeiros), em articulação com o sistema judiciário, especialmente com o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública.

Os programas de governo relacionados à Polícia Militar, no tocante ao seu papel no policiamento preventivo e na realização de rondas ostensivas em todas as suas modalidades, estarão voltados para o reforço de sua capacidade de mobilidade, reforço do contingente e ampliação do número e do grau de tecnologia embarcada nos equipamentos e recursos disponíveis.

As rondas ostensivas (policiamento motorizado e a pé; policiamento florestal, de trânsito urbano e rodoviário; policiamento escolar, em praças desportivas) terão metas mensais e anuais visando reduzir a ocorrência de condutas criminosas.

Especificamente ao Corpo de Bombeiros, os programas serão visando ampliar os recursos tecnológicos para controle de incêndios, resgate de pessoas em situação de perigo, fornecimento de assistência nos desastres naturais e fiscalização de sua competência.

Os programas de governo relacionados à Polícia Civil serão voltados para sua melhoria nos processos de investigação e de elucidação dos crimes praticados no estado, na melhoria dos processos de registro e controle dos Boletins de Ocorrência (de qualquer natureza), modernização do processo de expedição de cédula de identidade e expedição de atestado de antecedentes criminais.

Por isto, os programas serão voltados para o reforço na especialização de seus membros e na ampliação dos recursos tecnológicos para que possam atuar com maior efetividade em suas ações. Sua meta principal será aumentar o percentual de casos de solução de homicídios, roubos, furtos, sequestros e outros crimes.

Estratégias Conexas

As ações conexas serão aquelas que, além da Secretaria de Segurança Pública, serão também articuladas com o Sistema Judiciário

e outras secretarias de Estado relacionadas as áreas de educação, de esportes e de turismo, de indústria e comércio e de produção agropecuária.

Estas ações serão planejadas e realizadas por setores do território acreano ou microrregião administrativa do estado, sempre em ampla cooperação com as prefeituras, e cuja coordenação estará a cargo de Conselhos Comunitários de Cidadania.

Conselhos Comunitários de Cidadania - CCC

Os Conselhos Comunitários de Cidadania (CCC) serão formados por representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, gestores de escolas públicas, representantes de associações de bairro e de instituições religiosas locais, representantes das prefeituras e da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Representantes de outras secretarias poderão ser incluídos nessas ações de governo, dependendo da formatação do CCC em cada setor ou microrregião.

Cada setor ou microrregião poderá formar seu próprio CCC, que a partir de sua formação, passará a ser o órgão responsável pela coordenação dos programas de governo relacionados às estratégias conexas da política de segurança pública do estado. Os primeiros CCCs serão incentivados naquelas microrregiões ou setores onde haja maior demanda de programas de governo voltados à segurança pública.

O objetivo do Centro será identificar problemas e controlar os fatores de risco de múltiplas origens. Para isso, os integrantes deverão integrar e organizar as populações das comunidades, desenvolver ações de fortalecimento comunitário e iniciativas de cultura e formação para a prevenção de maneira que, através da união e interação de seus membros (diretoria, membros natos indicados pelo governo estadual e

membros indicados pela comunidade), como também com o Estado e a Prefeitura (seus órgãos, departamentos e setores públicos competentes envolvidos direta ou indiretamente com a segurança pública), tornem possível a introdução e a manutenção de atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Dentre as atribuições previstas para o CCC teremos:

- a) Identificar, discutir e analisar os problemas comunitários relacionados à segurança;
- b) Planejar ações e buscar a viabilização de alternativas de solução preventiva com vistas a resolução dos problemas de segurança detectados;
- c) Acompanhar e monitorar a evolução das medidas preventivas implementadas;
- d) Desenvolver campanhas educativas;
- e) Estreitar laços de entendimento e cooperação comunitária.

Os projetos, as atividades e ações dos Centros serão vinculadas, por adesão, às diretrizes emanadas da Secretaria de Segurança Pública, por intermédio da Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Cidadania.

Programas para Fortalecimento Segurança Pública

Ampliação e fortalecimento do efetivo e reaparelhamento da Polícia Militar

Adequar a proporção de policiais por habitantes, de acordo com demandas específicas de cada setor ou microrregião administrativa do estado do Acre, com quantidade adequada de Agentes capaz de garantir a tranquilidade e o pronto atendimento das demandas da população quanto às questões ligadas a segurança pública.

Essa adequação será feita por meio de ampliação do efetivo da Polícia Militar com realização de concurso público e fornecimento de equipamentos e materiais básicos (fardas, munição, veículos, combustível, material de expediente) e de alta tecnologia (vídeo monitoramento, computadores e sistemas de mapas digitais, de gravação e de transmissão de vídeo em tempo real, integrados ao centro de operações de segurança pública, imageador térmico para captar imagens por meio do calor dos corpos em operações diurnas ou noturnas, entre outros).

Modernização da infraestrutura e Reaparelhamento de delegacias e quartéis

Realizar a reforma, o reaparelhamento e a modernização de todas as delegacias e quartéis, bem como a manutenção da frota atual e aquisição de novas viaturas adaptadas com modernas tecnologias para o combate e repressão a violência e apoio as operações policiais.

Polícia da Família

Programa voltado para a solução de problemas de segurança pública e que influenciam a desestruturação do núcleo familiar. O programa irá cadastrar os moradores, as famílias e comerciantes, além de fazer o policiamento rotineiro direcionados, especialmente, nas áreas com maior sensação de insegurança, zonas de alta incidência de crimes e criminalidade.

Os policiais militares passarão por uma capacitação com psicólogos e especialistas em rede de proteção à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso. Com isto, espera-se ter uma Polícia Militar organizada, com logística adequada, militares capacitados e prontos para prestar um serviço de qualidade.

Box da Polícia

Aquisição de postos móveis (trailer), equipado com recursos de informação, que possa ajudar nas ações preventivas nos bairros considerados mais populosos e zonas de maior criminalidade e incidência de crimes.

Cada box terá uma estrutura mínima que permita seu funcionamento 24 horas, composto por uma equipe de aproximadamente 12 policiais militares que farão policiamento preferencialmente de motocicleta, proporcionando maior suporte às ações de policiamento ostensivo da Polícia Militar.

Ampliação e fortalecimento do efetivo e reaparelhamento da Polícia Civil

Ampliar o efetivo de policiais civis através da realização de concurso público e fornecer recursos tecnológicos e treinamento para que tornem mais rápida e efetiva a investigação dos crimes de diversas naturezas, bem como aumentar a automação dos processos de rotina para melhor aproveitar o tempo de trabalho dos policiais em atividades de maior complexidade investigativa.

Atenção especial será dada na disponibilização de equipamentos e insumos básicos para as tarefas diárias, como veículos adequados ao melhor desempenho das ações policiais, com tecnologia, abastecidos diariamente, material de expediente e sistemas de inteligência.

Treinamento e especialização do efetivo policial

Investir no treinamento da Polícia Técnica com modernos recursos tecnológicos, tornando a corporação mais efetiva na resolução de crimes.

Serão também incentivados cursos de graduação e pós-graduação “*lato sensu*” e “*stricto sensu*”, voltados para as áreas de Segurança Pública e defesa social. Esses programas serão por meio de parcerias com Universidades locais e de outras regiões, visando o aperfeiçoamento do corpo técnico das polícias e a introdução de políticas, processos ou recursos inovadores para a melhoria da segurança pública.

Fortalecimento das ouvidorias

Aprimoramento das ações psicossociais de prevenção e monitoramento de ocorrência de desvios de conduta dos servidores dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Social do Estado. Atuação das ouvidorias junto com as corregedorias visando melhor acompanhar e corrigir desvios de conduta dos servidores ligados às áreas da segurança pública.

Assistência trabalhista e psicológica aos agentes de polícia

Fortalecer os serviços de assistência trabalhista, psicológica e humana aos agentes de polícia e ações de saúde e de educação para os agentes policiais e seus familiares.

Integração entre os serviços de inteligência

Consolidação da integração operacional entre todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública, com destaque para a área de gestão do conhecimento e serviços de inteligência. Estabelecer processos baseados em alta tecnologia para aumentar a segurança do trabalho policial e melhorar a efetividade das ações policiais.

Centro de ressocialização dos apenados

Implantar projeto piloto do centro de ressocialização do apenado, que deverá ser construído em área rural, com escolas, ensino a distância, oficinas e atividades agropecuárias cujos produtos e serviços serão utilizados pelo próprio sistema carcerário, educacional e de saúde.

Neste mesmo programa, serão realizadas ações voltadas para a recuperação de químico-apenados, dentre as quais se inclui a criação de equipes multidisciplinares especializadas na recuperação dos dependentes.

Penas alternativas e prestação de serviços à comunidade

Estabelecer parcerias com o Poder Judiciário para ampliar as ações de penas alternativas, com oferta de oportunidades através da prestação de serviços à comunidade pelos apenados, aliviando o sistema prisional e penitenciário e evitando a promiscuidade entre iniciantes e criminosos perigosos e habituais nos presídios. Serão ampliados os recursos destinados a equipar o estado com métodos e instrumentos tecnológicos modernos e eficientes para monitorar presos domiciliares.

Valorização do policial

Implementar políticas de promoção, reconhecimento e valorização dos policiais de acordo com seu desempenho. Estabelecer critérios, amplamente discutidos dentro das respectivas corporações, que possibilitem valorizar os policiais, melhorando a autoestima.

Vigilância das fronteiras

Estabelecer convênios com o governo federal para que se viabilize um número maior de agentes federais destinados à vigilância e policiamento das fronteiras.

Apoio e promoção de atividades culturais e educativas

Direcionar os recursos das atividades culturais e esportivas para as comunidades mais carentes e com maior índices de criminalidade, principalmente em ações que envolvam jovens destas comunidades. O foco será em ações que resultem em aumentar a escolaridade e evitar a evasão escolar, alargando assim suas opções profissionais e pessoais.

Quando envolvendo crianças, os projetos culturais e recreativos deverão ser organizados prioritariamente nas escolas, após o horário das aulas. Com este programa, pretende-se estimular a autoestima das crianças e oferecer-lhes uma forma construtiva de empregar seu tempo.

Formação de redes comunitárias contra a violência

Desenvolver em parceria com entidades religiosas, projetos de formação de redes comunitárias e formação cidadã contra a violência – com diversos subtemas específicos – voltados para jovens de áreas de risco e altos índices de criminalidade, formando lideranças nas comunidades que, de forma integrada, atuarão como agentes catalisadores no combate a violência e criminalidade em suas localidades.

Prevenção e combate ao uso de drogas

Aprimorar os programas de prevenção e combate ao uso de drogas, com enfrentamento da violência, das situações de abuso sexual e

atendimento aos jovens em conflito com a lei, por meio da melhoria de políticas públicas efetivas na área.

Centros de Assistência Jurídica e Administrativa

Apoio jurídico e administrativo à população não-habituada a lidar com os mecanismos do Estado formal. Realizações de ações, como mutirões, para fornecer apoio jurídico e administrativo para as famílias mais carentes, visando solucionar problemas ou questões cuja solução dependa de algum grau de especialidade que não esteja disponível regularmente para as populações mais carentes.

Centros de assistência social e apoio às vítimas

Assistência social e trabalho comunitário para amparar membros de grupos sociais em reconhecida situação de violência – notadamente crianças, adolescentes, idosos e mulheres. Nestes programas também serão incluídas as ações de saúde preventiva.

Campanhas Educativas em Segurança pública

Campanhas educativas abordando temas como: violência doméstica, sistema legal de proteção de crianças, adolescentes, mulheres e idosos, solução de conflitos através da mediação e demais instrumentos de pacificação social institucionalizados.

SAÚDE PÚBLICA

O Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Federal 8.080/90, consiste de um conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais, com a participação de órgão da Administração direta ou indireta e das

Fundações mantidas pelo poder público e complementarmente pela iniciativa privada.

Por meio do SUS, todos os cidadãos têm direito a consultas, exames, internações e tratamentos nas Unidades de Saúde vinculadas ao sistema, sejam públicas (das esferas municipal, estadual ou federal) ou privadas, contratadas pelo gestor público de saúde.

Os princípios e diretrizes adotados pelo SUS são os mesmos em todo o território nacional. O sistema está sob a responsabilidade das três esferas autônomas de governo: federal, estadual e municipal.

No SUS, o cuidado com a saúde está organizado em níveis de atenção:

Atenção básica – São ações que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes. É o primeiro contato com o SUS realizado pelas especialidades básicas da saúde como a clínica médica, pediatria, obstetrícia e ginecologia. Cabe à atenção básica encaminhar os pacientes para os atendimentos de média e alta complexidade.

A descentralização do SUS implica que em maior parte, o nível de Atenção Básica seja de responsabilidade da prefeitura, a qual deve prover clínico geral, pediatra, ginecologista, dentista e outros profissionais cuja atuação não venham a demandar equipamentos caros ou profissionais muito especializados.

Esses serviços devem ser executados em postos de saúde e centros de saúde localizados nos bairros.

No mesmo sentido, as campanhas de vacinação e de conscientização (dengue) devem ser coordenadas por equipes do nível básico, das prefeituras.

Média complexidade – É composta por ações e serviços que demandam profissionais especializados e o uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico. Entre eles estão os procedimentos especializados realizados pelos profissionais da saúde, as cirurgias ambulatoriais, radiodiagnóstico, exames ultrassonográficos, fisioterapia, entre outros.

O nível de Média Complexidade é de responsabilidade do estado, que deve prover uma abrangência regional e dispor de profissionais mais especializados e equipamentos mais caros, como por exemplo as Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e diversos tipos de cirurgias que precisam de anestesia, exames mais complexos e colocação de próteses.

Esses serviços devem ser realizados nos hospitais estaduais/regionais.

Alta complexidade – Conjunto de procedimentos que envolvem alta tecnologia e alto custo. As áreas que compõem esse nível são as assistências ao paciente portador de doença renal crônica (procedimentos de diálise), em traumatologia-ortopedia, ao paciente oncológico, cirurgia cardiovascular e outros procedimentos.

Este exige profissionais altamente especializados e equipamentos muito caros. Por exemplo, o tratamento do câncer ou de doenças raras. Este tipo de atendimento deve ser organizado pela União (federal).

Dentro deste enfoque, a política de Saúde Pública estará alicerçada na gestão participativa no planejamento das ações e definição de estratégias que atendam prioritariamente os serviços de saúde ligados a Atenção Básica e aos de Média Complexidade, em busca de uma gestão eficiente dos processos e procedimentos, melhoria e ampliação de centrais reguladoras e apoio institucional aos municípios.

O foco nas ações de Atenção Básica e de Média Complexidade terão como objetivo desafogar o sistema de saúde pública do Estado do Acre, embora, a bancada federal (deputados federais) será orientada a reforçar os investimentos federais naquelas ações de alta complexidade, como Hospital de Traumatologia e Hospital do Câncer.

Objetivo Geral

Mudar a cultura e o modelo de gestão de Saúde no governo do Acre, em parceria com as instituições ligadas ao SUS (Sistema Único de Saúde), possibilitando um novo padrão de atendimento, de comunicação, participação e integração entre gestores, profissionais e usuários.

Resultados Esperados

Os principais resultados buscados com a política de Saúde Pública serão:

- a) Reduzir o tempo e filas de espera por atendimento;
- b) Ampliar o acesso aos procedimentos clínicos e cirúrgicos eletivos nos hospitais de administração direta;
- c) Intensificar o atendimento (mutirões) aos sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo;
- d) Aumentar a satisfação dos pacientes e melhorar gestão da infraestrutura, recursos humanos e dos resultados técnicos e financeiros;
- e) Otimizar os processos de compras e distribuição de medicamentos;
- f) Reduzir os custos e alcançar maior eficiência no abastecimento dos hospitais;
- g) Garantir agilidade e qualidade no acesso à saúde pública de forma descentralizada;

- h) Intensificar a coordenação de esforços entre Estado e Municípios na gestão regional das demandas;
- i) Estabelecer melhor diálogo entre o Estado e os Municípios na gestão da saúde pública por meio de Comissão Inter Gestores.

Estratégias de Ação

As estratégias serão implementadas por meio de programas para a Gestão Eficiente em Saúde.

Esses programas, integram as principais medidas estratégicas a serem adotadas pelo governo do estado, inclusive, junto às prefeituras municipais e ao governo federal.

Outras medidas complementares serão adotadas para ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de saúde.

Programa de modernização e ampliação da infraestrutura de Saúde

Construção, reforma, adequação e reaparelhamento de Hospitais e unidades de Saúde

Realizar reforma, ampliação e adequação de todos os hospitais e unidades de saúde do estado nos 22 municípios, incluindo a conclusão do Hospital Regional de Brasileia.

Implantar nos principais municípios, hospitais regionais de modo que os atendimentos mais complexos possam ser realizados não apenas na capital, mas também nas principais cidades do interior.

As policlínicas serão construídas de acordo com a necessidade da demanda regional e local, visando reduzir o tempo de espera por exames e resultados laboratoriais.

Na capital, uma das ações será a transformação da Policlínica do Tucumã em Unidade de Pronto Atendimento 24 horas –UPA.

O atendimento do programa Saúde Itinerante será ampliado com médicos e dentistas realizando os atendimentos de forma regular, levando inclusive os mamógrafos.

Serão disponibilizadas ambulâncias nos Postos de Saúde das cidades e áreas rurais, por meio de sistemas de regulação de transporte, remoção e transferência de pacientes.

O programa contempla ainda a instalação de laboratórios e aquisição de equipamentos médico-hospitalares para diagnósticos de média complexidade, incluindo no mínimo seis (06) tomógrafos e duas (02) ressonâncias magnéticas e a instalação de aparelhos ultrassonografia e eletrocardiogramas (pela internet) em todos os municípios.

Também será implementado um sistema de manutenção periódica e sistemática dos equipamentos médico-hospitalares, que constantemente impedem o atendimento adequado à população por estarem danificados ou inoperantes.

Construção de Hospitais da Mulher

O programa prevê a Construção de Hospitais da Mulher em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasileia.

Construção de Maternidades

Uma das ações de maior relevância para as mulheres será a construção de maternidades em todos os municípios qualificando a assistência materno e infantil, dentro da política de atenção à mulher.

Construção de Centros Integrados de Saúde da Mulher

Todo município do interior deverá ter pelo menos um centro integrado de saúde da mulher. Na capital, serão distribuídos nos bairros mais populosos. Nestes Centros, serão concentrados equipes médicas especializadas na saúde da mulher.

Programa Gestão Eficiente em Saúde

Produtividade médica

Visa instituir mecanismos para aumentar a produtividade médica no Estado por meio de processo de meritocracia e atingimento de metas, baseadas na duração e complexidade dos procedimentos realizados. Conforme o cumprimento das metas, os médicos poderão receber até o dobro do que é pago pela tabela SUS, dependendo da complexidade do procedimento médico.

O benefício é parte integrante de um amplo programa de gestão para resultados que deverá ser implementado no âmbito do governo. Na saúde, beneficiará médicos de todas as especialidades, além dos diretores e gerentes dos hospitais, áreas de compras e demais servidores.

No âmbito deste programa, também serão desenvolvidas ações voltadas para a fixação de médicos especialistas no interior, visando reduzir o número de tratamentos fora do domicílio (principalmente do interior para a capital) e para melhorar a capacitação e a motivação dos profissionais em saúde, visando humanizar os atendimentos.

Mutirão Cirúrgico

Este programa visa realizar mutirões para cirurgias com maiores filas de espera, priorizando aquelas de curta duração. A remuneração

adicional por hora trabalhada em mutirão estará prevista para médicos e demais profissionais de Saúde, conforme citado no programa anterior.

Este programa funcionará aos sábados, domingos e feriados, nos hospitais públicos estaduais, desafogando ainda os leitos e permitindo melhor atendimento aos demais pacientes.

Profissionalização da Gestão hospitalar

Visa profissionalizar a gestão dos hospitais públicos, com profissionais que tenham dedicação exclusiva e comprovada qualificação técnica em gestão, para o alcance de metas relacionadas a satisfação do paciente.

Modernização do sistema de compras e logística de estoque e abastecimento

Realizar a centralização e informatização de todos os processos de compras, incluindo planejamento, aquisição, estoque e logística em uma única estrutura, de modo a alcançar maior eficiência no abastecimento dos hospitais e na redução dos custos.

O sistema vai estabelecer uma gestão capaz de garantir o abastecimento diário de medicamentos e materiais médico-hospitalares.

Gestão regional de agendamentos

Visa organizar as internações hospitalares, consultas e exames dos usuários do SUS. As centrais funcionarão 24h por dia, todos os dias.

As atividades relacionadas a internação hospitalar será de gestão estadual, enquanto que as atividades relacionadas a regulação de consultas e exames ficarão sob a responsabilidade dos municípios, sendo que ambas atividades serão coordenadas de forma integrada.

Dinheiro Direto nos Hospitais e Postos de Saúde

Serão destinados recursos complementares aos municípios para que estes ampliem a realização de consultas e exames de média complexidade, dentro do princípio de que a medida que se resolver uma maior proporção de atendimentos nos postos de saúde, haverá menor lotação e demanda sobre os hospitais.

No primeiro momento, para ampliar o atendimento, as regionais de saúde vão definir os municípios que, em cada região, têm melhor estrutura para atender a população. Futuramente essas consultas e exames também serão feitas em policlínicas que o Estado irá construir paulatinamente.

Programa Fortalecimento da Atenção Básica em Saúde

Saúde da família

Visa estabelecer parcerias entre governo do estado e prefeitura para que os municípios possam remunerar melhor os médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários de saúde e com isto, os pacientes acamados, idosos e crianças possam ser atendidas em suas casas, pelos médicos e enfermeiros. Espera-se que trabalhos de prevenção funcionando corretamente, os custos com a saúde curativa possam ser reduzidos drasticamente.

Isto será alcançado a partir da reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes serão responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de pessoas (2.400 a 4.000), localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.

Este programa será articulado com outras ações de governo que possibilitem a aquisição e a manutenção de ambulâncias para a área rural e urbana, aquisição de medicamentos e pagamentos aos profissionais de saúde para sua fixação em áreas mais carentes.

Saúde preventiva

Melhorar a gestão dos programas de saúde preventiva (saúde da criança, da mulher e do homem), de endemias (malária, dengue e outros), de manutenção (hemodiálise) e curativas (tuberculose, hanseníase e outros) apoiando também os municípios para que cumpram as metas de vacinação.

Viva a vida

Voltado para o combate da mortalidade infantil que tem como finalidade fazer com que as gestantes participantes do bolsa família que fizerem o pré-natal através do Programa de Saúde da Família recebam mensalmente uma cesta nutricional para suprir as necessidades básicas de sua alimentação e de seu bebê, desde a gestação até o período de doze meses após o nascimento.

Saúde indígena

Estabelecer processos de acompanhamento e fiscalização, junto com a FUNAI e as prefeituras, da aplicação dos recursos da saúde indígena, para que seja efetivada uma atenção à saúde indígena de forma ágil e com qualidade.

Saúde na escola

Estabelecer programas periódicos de atenção à saúde na escola com atendimento odontológico, oftalmológico e clínico geral, bem como, o programa de segurança alimentar nas unidades educacionais.

Saúde do ribeirinho

Estabelecer mecanismos para comunicação emergencial de atendimento à saúde dos ribeirinhos e população mais distante dos principais centros de saúde, garantindo socorro mais rápido para o transporte de pacientes em caso de urgência e emergência. Ampliar as ações de saúde itinerante voltadas para o atendimento das populações mais distantes.

Campanhas preventivas em saúde

Intensificar as ações de prevenção diagnóstico e tratamento de câncer de colo de útero e mama, próstata e outros.

Casa amiga

Implantar abrigos familiares nos principais municípios onde haja maior demanda de pacientes oriundos de áreas distantes ou remotas. Esses abrigos familiares deverão atender aos familiares destes pacientes durante o período de tratamento ou atendimento médico. A implantação dos abrigos deverá ser feita em parceria com entidades religiosas, organizações não governamentais ou de iniciativa privada sem fins lucrativos.

Jovem médico

Estabelecer junto a Universidade Federal do Acre, parceria para realização de cursos de complementação para jovens médicos diplomados no exterior visando o nivelamento de seus currículos, preparando-os para o Revalida.

Neste intervalo, o governo buscará garantir mecanismos para que estes possam atuar no serviço público sob a supervisão de profissional médico da rede pública, sendo remunerados pelo Estado para o

exercício das funções. O programa será articulado a nível federal para obtenção de suporte legal e financeiro no âmbito do programa Mais Médicos.

Eu Quero Sorrir

Atendimento odontológico gratuito garantindo a saúde bucal da população em todos os municípios.

Programa Pacto pela Saúde

Este programa fará uma mudança radical no Sistema de Saúde Estadual, estabelecendo um modelo de gestão profissional, técnico, eficiente, transparente e honesto. Dentre as principais ações e programas, destacamos:

Pactuação com todos as prefeituras municipais para implantação do Sistema Único de Saúde nos moldes previstos na legislação vigente, assessorando e disponibilizando recursos e meios àqueles municípios que comprovem falta de condições técnicas e de recursos humanos para funcionamento pleno do SUS.

Pactuação com os municípios para implantação do Prontuário Eletrônico Único e aquisição de equipamentos para digitalização de documentos em todas as unidades de saúde dos municípios e do Estado, interligadas via internet.

Otimizar o sistema de referência e contra-referência entre unidades de saúde do Estado, Municípios e União.

Implantar Programa de Atualização Técnica permanente no serviço público estadual, disponível para servidores municipais.

Descentralização das ações e recursos para execução de campanhas e programas de saúde básica, com ênfase em ações de

vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, garantindo suporte para municípios que os requeiram.

Desenvolvimento pleno do Programa de Educação Permanente em Saúde em parcerias com todos os municípios e com opção de consultoria via internet.

Reivindicar pela implantação da Carreira de Estado para todos os servidores do SUS, bancada proporcionalmente pelos Fundos de Saúde, nacional, estadual e municipais.

Pactuação com municípios para implantação dos Programas de Saúde em todas as unidades.

Articular com a bancada acreana, junto a União, a aplicação anual, em ações e serviços públicos de saúde, do montante igual ou superior 10% (dez por cento) das receitas correntes brutas, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, constantes de anexo à lei orçamentária anual, referentes às receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, excluídas as restrições tributárias. (Projeto de lei de iniciativa popular apresentada e aprovada pelo Congresso como Lei Complementar N. 141, de 13 de janeiro de 2012, vetada pelo PT/ Dilma);

Criar condições para que cada município regule o atendimento de urgências e emergências dentro de seu território e que o Estado assuma apenas a regulação estadual.

Avaliação municipal, regional e estadual dos indicadores de saúde em face dos serviços prestados pelo SUS, com o objetivo de garantir à população o acesso a serviços de qualidade, de forma integral, equitativa e imediata.

Fortalecer todo o sistema de atendimento à saúde mental, com especial destaque e atuação para coibir o uso de drogas que criam dependência.

Revisar o atual sistema de regulação da atuação de prestadores de serviços de saúde privados e dos serviços prestados pelo SUS a clientes de Planos de Saúde, executando as dívidas em aberto, decorrentes de atendimentos realizados na rede pública.

Prestigiar o pleno controle social em todas as instâncias do SUS.

Avaliação e melhoramento das atuais ações de promoção e vigilância em Saúde, integrando em sua atuação municípios e Estado.

Estruturar e reforçar as ações de Educação em Saúde, interagindo com outras Secretarias de Estado e municípios.

EDUCAÇÃO

A globalização e as transformações ocorridas no mundo do final do século XX e início do século XXI impõe aos países e estados a necessidade do provimento de educação de qualidade para que a sociedade alcance e mantenha níveis adequados de desenvolvimento.

Atualmente, a educação apresenta-se como um dos maiores desafios que se impõe aos Estados e Municípios brasileiros, pelo seu papel determinante no desenvolvimento, na inclusão social e na participação política e no exercício pleno da cidadania.

No Estado do Acre ainda há muito a ser fazer para que a educação pública possa produzir as mudanças necessárias para que a sociedade acreana alcance produtividade e maior qualidade de vida, notadamente para as classes menos favorecidas.

Por isto, é preciso ir além do que já foi feito, é necessário alargar esses passos, desenvolvendo e colocando em prática novos programas e projetos educacionais que assegurem com mais eficiência uma educação de qualidade para toda a população acreana, assumida essa como um bem público e um direito humano fundamental.

A Educação Pública será pautada na equidade do acesso à escola e ao conhecimento de qualidade.

Para isto, viabilizaremos o acesso, a permanência e a aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação. Assim, garantiremos que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar para que tenham acesso à educação, principalmente nas áreas mais remotas e de difícil acesso no estado do Acre.

Na educação básica, combateremos a evasão, a reprovação e a distorção idade-série, porém dentro de um processo de promoção baseado em resultados efetivos de aprendizagem.

Vamos melhorar e transformar o ambiente da sala de aula para atrair o estudante, principalmente no ensino médio.

Também serão criados meios de valorização dos professores e dos trabalhadores neste setor, dado que os indicadores que medem a qualidade da educação estão diretamente dependentes da formação ou atuação dos profissionais do magistério e da gestão de forma democrática.

Objetivos Gerais

- a) Fortalecer a implementação das ações pedagógicas, visando contribuir para a qualidade do ensino e da aprendizagem de alto nível dos alunos;

- b) Consolidar a escola como o espaço prioritário para a formação continuada da equipe escolar, transformando a instituição em uma organização voltada para o fortalecimento do Núcleo Pedagógico: professor, aluno e conteúdo.

Resultados Esperados

Os principais resultados buscados com a nova Política de Educação Pública serão:

- a) Elevação da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.
- b) Maior valorização do quadro de profissionais do magistério e de trabalhadores da educação.
- c) Expansão da oferta da educação básica em suas diferentes modalidades de ensino.
- d) Consolidação de um novo regime de colaboração com os municípios.
- e) Maior integração da escola com a comunidade.

Estratégias

As estratégias políticas para a educação pública serão definidas para a Educação Básica, para as Práticas Pedagógicas e Qualidade da Educação, para a Valorização dos Profissionais do Magistério e dos Trabalhadores em Educação e para a Colaboração com os Municípios e Integração com a Comunidade.

Educação básica

O acesso à educação infantil nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e precisa ser ampliado. O ensino fundamental tem agora como desafio dar um salto de qualidade. Também o ensino médio, principalmente de caráter

técnico e profissionalizante, precisa ser ampliado e melhorado, dando alento aos sonhos dos jovens.

A jornada escolar, além da qualificação que é primordial, também precisa ser ampliada na direção da educação de tempo integral. Não obstante as limitações concretas de recursos para avançar pelos caminhos tradicionais, é de grande valor a adoção de medidas plurais, de acordo com a realidade e a vocação de cada comunidade escolar, que ampliem o tempo e as oportunidades de aprendizagem. A educação em tempo integral será viabilizada a começar pelas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, principalmente em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

Práticas Pedagógicas e Qualidade da Educação

A principal estratégia será a implantação de um Sistema Estadual de Avaliação, voltado para a avaliação da aprendizagem dos estudantes com o objetivo de oferecer aos professores informações capazes de melhorar a prática pedagógica no ambiente da sala de aula. Diferente do IDEB, que produz um indicador como referência, a avaliação da aprendizagem tem como alvo proporcionar avanços na tarefa de ensino-aprendizagem e garantir elevação nas proficiências dos estudantes.

Valorização dos Profissionais em Educação

Estabelecer e manter permanente diálogo com as associações e representações sindicais dos professores e trabalhadores da Educação para garantir o efetivo ganho real de salário e melhores condições de trabalho ao magistério acreano.

Realizar concursos públicos que garantam a lotação de profissionais em conformidade com o dimensionamento das instituições de

educação básica, bem como promover audiências públicas com os profissionais da educação para, através do diálogo contínuo e permanente, atender às reais necessidades da educação e garantir condições dignas e adequadas de trabalho e bem-estar pessoal de todos os profissionais do magistério e da educação em geral.

Outro objetivo será a minimização do número de professores provisórios pela realização dos concursos públicos. No ponto de vista salarial, será avaliada a reimplantação da regência de sala de aula, aliada a uma política salarial que garanta a reposição anual da inflação sobre o salário do magistério e dos trabalhadores em educação, além de se respeitar sempre o salário mínimo nacional para os trabalhadores da educação.

Colaboração com os Municípios e Integração com a Comunidade

Ao longo dos anos, os municípios acreanos têm assumido tarefas que estão sobrecarregando os orçamentos e inviabilizando o investimento adequado na área de educação.

Assim, será dada ênfase aos processos locais de tomada de decisões e tendo a educação como grande beneficiária de uma nova proposta de governo, participativo, democrático e descentralizado, que possa promover a integração das escolas com as suas comunidades.

Esse processo será feito por meio dos Conselhos Comunitários de Cidadania, visando debater com as comunidades escolares as necessidades e os resultados que serão obtidos com a promoção de uma maior integração da escola à comunidade, com estratégias de ampliação dos horários, em que as escolas mantêm-se abertas (fins de semana, por exemplo), para que ali sejam desenvolvidas atividades de cultura, esporte, lazer e atividade física, cursos profissionalizantes e de

geração de emprego e renda, promovendo o convívio familiar e o papel da escola como centro irradiador e dinamizador da vida comunitária.

Programas em Educação Básica

Sistema de cadastro de demanda da educação infantil

Apoiar os municípios na criação de sistemas de cadastro de demanda da educação infantil para melhor conhecimento da situação, visando otimizar os recursos para investimento na rede física da educação infantil para universalizar a demanda de 4 e 5 anos.

Transporte escolar gratuito

Garantir transporte escolar gratuito para todos os alunos do ensino fundamental e médio.

Melhoria da qualidade do ensino fundamental

Implementar as salas de reforço nas séries finais do ensino fundamental para apoio aos estudantes, redimensionando a organização das turmas para evitar a superlotação no anos finais do ensino fundamental.

Bolsa-aprendiz, bolsa-auxílio para o ensino profissionalizante

Expandir a oferta do ensino médio diurno e combater a evasão com a criação da bolsa-aprendiz destinada aos alunos menos favorecidos inseridos em programas de ensino profissionalizante, promovendo programas específicos para o atendimento de adolescentes e jovens a partir dos 14 anos para a iniciação profissional e a inclusão social e cultural;

Desenvolver programa próprio para incentivar os alunos do ensino técnico a realizarem estágios remunerados (bolsa-auxílio) sob a supervisão da mantenedora estadual.

Fortalecer as ações do governo estadual com o programa federal Pronatec para ampliar a oferta aos jovens de cursos de educação profissional e tecnológica, em especial, fortalecendo a ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais.

Educação de tempo integral

Organizar a educação de tempo integral através de atividades complementares, por meio da promoção da ampliação da jornada escolar, de forma setorial e progressiva, para assegurar melhores oportunidades de aprendizagem e proteção social a crianças e jovens, priorizando os estabelecimentos de ensino que apresentem condições viáveis e proposta de projeto pedagógico assumido pela comunidade escolar e com prioridade para municípios e bairros com IDH abaixo da média estadual.

Esses programas serão baseados no programa federal “Mais Educação” e acoplados também ao Conselhos Comunitários de Cidadania, visando definir com a comunidade escolar as prioridades e estratégias de ampliação da jornada escolar.

Escolas rurais nucleadas

Implantar escolas centralizadas (nucleadas) na zona rural de todo estado.

Poupança Jovem

Será destinado a atender estudantes do ensino médio público estadual. O programa terá como principal objetivo atrair novos alunos e diminuir o abandono e, ou, a evasão escolar, além de aumentar a conclusão do ensino médio.

Quando o aluno efetivar sua matrícula o governo abrirá uma poupança para que, todos os anos o aluno possa receber um depósito de até R\$1.200,00. Na conclusão do curso, o aluno poderá, conforme seu rendimento, resgatar até aproximadamente R\$4.000,00. Essa atividade busca promover a formação cidadã, pessoal, educacional, cultural e profissional dos estudantes e incentivar o protagonismo, a autonomia, a responsabilidade social e o cooperativismo.

Por meio de estratégias de trabalho com os jovens, o Poupança Jovem também estimulará a sua transformação como indivíduo e, conseqüentemente, a sua realidade, ou seja, trata-se de uma política pública e social emancipatória que, além de buscar a inclusão dos jovens beneficiários de forma que consigam enfrentar os riscos sociais e pessoais, tanto na sua juventude, quanto na sua fase adulta, irá também fornecer os ativos financeiros necessários para que possam se tornar adultos com condições de gerar renda por conta própria, o que irá contribuir para a formação do seu capital humano e social.

Poupança Alfabetização

Ampliar programas de apoio à erradicação do analfabetismo e programas que colaborem para o êxito da escolarização de adultos, em parceria efetiva com os municípios. Especial atenção será dedicada às demandas educacionais nas áreas da educação indígena, educação de ribeirinhos e de moradores da zona rural, visando ao amplo acesso e à democratização do ensino.

Será criada uma poupança alfabetização cujos recursos serão destinados aos adultos que estejam realizando curso de alfabetização de adultos além do horário de trabalho, nos moldes do Poupança Jovem.

Esse programa terá como meta principal a redução do analfabetismo em 50% do nível atual.

Programa de Intervenção Pedagógica - PIP

Melhorar a eficiência do ensino fundamental e médio, por meio de intervenções pedagógicas que garantam a elevação dos índices de desempenho dos alunos do 1º ao 9º ano do fundamental e dos três anos do ensino médio.

Através do Programa de Intervenção Pedagógica, as escolas deverão implementar estratégias pedagógicas que tenham impacto no processo de aprendizagem. Para trabalhar as dificuldades dos alunos deverão ser adotadas técnicas e formas diversas, de maneira lúdica e criativa visando aumentar a taxa de aprovação em todas as etapas do ensino.

Haverá uma equipe de trabalho que irá visitar periodicamente todas as escolas da rede estadual, oferecendo apoio e trocando experiências entre as escolas, para que as melhores iniciativas possa ser facilmente compartilhadas.

Enriquecimento curricular em parcerias com a iniciativa privada

Estabelecer parcerias com a iniciativa privada e com o Governo Federal, quando couber, visando à inserção nos programas de projetos que colaborem para o enriquecimento curricular da educação básica, assim como para promover a ampliação de atividades socioeducativas diferenciadas para os alunos.

Professor na sala de aula

Estabelecer mecanismos para que seja possível disponibilizar um professor em cada sala de aula desde o primeiro dia do ano letivo.

Programas Práticas Pedagógicas e Qualidade da Educação

Ambiente Legal

Adequação da infraestrutura às reais necessidades de acesso da população à Educação Básica, com investimentos prioritários na rede física e transporte escolar da Rede Estadual de Ensino, para desonerar os municípios de obrigações alheias à sua competência, contribuindo para que os índices de desenvolvimento no âmbito local e regional melhorem, inclusive com melhoria das estradas vicinais que ligam as escolas aos municípios.

Sistemas de Tecnologia da informação para educação

Implantação de sistemas para auxiliar os professores na prática pedagógica do cotidiano da escola. Sistemas estes produzidos por organizações de pesquisa da área da educação, universidades e/ou criados pelos próprios professores da Rede Estadual. Implantar o portal educacional para acesso da comunidade escolar e externa, incentivando e valorizando as produções docentes, resultados de pesquisas da formação continuada.

Educação Inclusiva

Promover a educação inclusiva, com professores e profissionais especializados, ampliando a qualidade ambiente de salas de aula com maior conforto técnico e criação ou ampliação de recursos multifuncionais e o efetivo apoio de equipes multiprofissionais (psicólogos, técnicos em informática ou analistas de sistemas, etc.)

Esses programas deverão incluir ferramentas tecnológicas para transformar o ambiente da sala de aula e favorecer a aprendizagem dos alunos, bem como atualizar os indicadores que definem o porte das escolas para a distribuição equitativa de recursos financeiros e humanos.

Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Fortalecer e reorganizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), adequando-a às reais necessidades do estudante trabalhador e dos jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

Será também implementada a disciplina de empreendedorismo nas escolas estaduais de nível médio.

Educação Indígena

Promover concurso público específico para professores indígenas, disponibilizando bolsas para formação superior de indígenas e construção de novas escolas.

Desenvolver materiais didáticos e merenda regionalizada, junto com um sistema de educação específico por povo indígena.

Promover nas escolas localizadas nas aldeias instalação de sistema de comunicação baseado na internet, com acesso a serviços como comunicação por voz, vídeo e mensagens eletrônicas.

Programa Valorização dos Profissionais em Educação

Formação continuada em gestão educacional

Promover a formação continuada em gestão educacional para profissionais do magistério, fortalecendo a gestão democrática e

aprimorando o processo de eleição para a escolha de diretores e diretoras dos estabelecimentos de ensino.

Pós-graduação

Promover junto com Universidades Federais a formação dos professores por meio de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Programa Formação de Capital Humano e Participação Social

Implantar a Universidade Estadual do Acre

Esse será um dos projetos mais ambiciosos na área de educação. A criação da Universidade Estadual do Acre, garantindo a oferta de cursos de nível superior gratuitos para população acreana, beneficiando especialmente o público jovem que não pode pagar uma faculdade.

Conselhos Comunitários de Cidadania

Apoiar com assistência técnica e pedagógica àquelas escolas que optarem por implantar o programa vinculado aos Conselhos Comunitários de Cidadania, de forma que possam, inclusive, contar com a forte presença de pessoas e instituições de governo e também voluntárias no desenvolvimento dos trabalhos.

6 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A economia acreana padece com a dependência do poder público governamental que, ao invés de fortalecer e apoiar, de forma igualitária, todas as iniciativas empreendedoras, favorece apenas grupos aliados, inibindo a autonomia da livre iniciativa privada, a expansão do crescimento econômico e a geração de emprego e renda no estado.

Este cenário cria uma situação anacrônica, onde o setor privado torna-se cada vez mais atrelado e submisso ao poder público.

Essa política centralizadora funciona como fator desestimulante no processo de atração de novos investimentos internos e externos na economia local, fazendo com que tais investimentos sejam aplicados em outros estados da federação.

Com isto se cria um círculo vicioso, pois com uma economia estagnada e fraca, a arrecadação de impostos é limitada, obrigando o Estado a contratar vultosos empréstimos para realizar os investimentos necessários para melhoria da qualidade de vida da população.

O fracasso da atual política torna-se ainda mais visível quando o Estado passa a assumir o papel da iniciativa privada, realizando investimentos na construção de indústrias que, em pouco tempo, mostram-se inviáveis economicamente, devido ao perfil dos gestores ou mesmo pelas políticas públicas mal planejadas ou executadas.

O crescimento da economia acreana somente será possível com a inversão e reorientação das políticas de desenvolvimento, ou seja, com estado promovendo e apoiando o fortalecimento da iniciativa privada.

Com uma iniciativa privada forte o Estado amplia sua receita própria, através da arrecadação de impostos. Estes recursos poderão ser direcionados para implementar os programas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico do Acre, exonerando a necessidade de contrair novos empréstimos e endividar cada vez mais o Estado.

Para que esta nova condição seja alcançada, os programas de governo devem ser voltados para o aproveitamento econômico e industrial, de forma responsável e racional, dos recursos naturais mais abundantes presentes no estado do Acre.

AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA

A agricultura e a agroindústria serão as principais indutoras da revolução econômica que o Estado do Acre deverá experimentar nos próximos anos. A agricultura, além de ter papel essencial na melhoria da segurança alimentar da população acreana, também fornecerá matéria prima para agroindústrias, impactando diretamente na geração de emprego e renda nas áreas urbanas.

A simples substituição de importação de alimentos, além de criar empregos e gerar renda no Estado, contribuirá para que os recursos financeiros circulem na economia do Acre, aumentando a demanda por serviços e produtos nas cidades e nas áreas rurais do Estado.

O crescimento e a consolidação do agronegócio no Estado deverá trazer mais recursos para a região, principalmente com a exportação de produtos agro industrializados, criando localmente novas demandas de serviços para o setor industrial, além de afetar positivamente vários setores da economia, como construção civil e até mesmo setores como esporte, cultura e lazer, à semelhança do que tem ocorrido nos mais diversos polos agroindustriais do país.

Objetivos

- a) Potencializar a geração de renda e de empregos em todas cadeias produtivas ligadas ao setor primário;
- b) Promover a melhoria da qualidade de vida no meio rural e nas cidades do interior do estado, reduzindo os índices de pobreza;
- c) Garantir a segurança alimentar da população acreana, melhorando e intensificando a produção local de produtos alimentícios e ampliando o acesso à alimentação adequada.

Resultados Esperados

- a) Aumento da renda *per capita* da população rural e urbana;
- b) Redução dos índices de miséria extrema e miséria na população rural do Estado;
- c) Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e substituição paulatina na importação de gêneros alimentícios básicos;
- d) Geração de empregos em atividades ligadas ao agronegócio, tanto no meio rural como no meio urbano;
- e) Aumento na oferta de empregos para o setor agroindustrial e de serviços ligados ao agronegócio;
- f) Aumento da exportação de produtos agrícolas de alto valor agregado beneficiados no Acre.

Estratégias de Ação

Inicialmente, deve-se destacar que numa cadeia de produção agrícola estão inclusas todas as atividades do setor primário, exceto aquelas do setor florestal. Em seu sentido lato, considera-se agricultura a produção de grãos, culturas anuais, bianuais, cultivos industriais, frutíferas e culturas permanentes em geral, como também a pecuária

leiteira, de corte, a avicultura, criação de pequenos animais (inclusive silvestres), a piscicultura e a aquicultura.

Dentro deste contexto lato, as estratégias de ação serão voltadas para atender três diferentes cenários para a produção agrícola no estado do Acre: agronegócio, agricultura familiar e a agricultura de base ecológica.

O agronegócio é considerado como diversas operações que podem incluir cultivo agrícola, o processamento, transporte e, dependendo das circunstâncias, também a comercialização dos produtos. É uma atividade altamente especializada e verticalizada, com grande intensidade de uso de capital. Um exemplo local é a Unidade Álcool Verde, do Grupo Farias.

A agricultura familiar será considerada todas as atividades agrícolas cuja força de trabalho provenha, pelo menos em parte, dos próprios familiares em dedicação de pelo menos metade das horas-homens para operar o negócio agrícola. Normalmente, neste sistema de produção é pequena a verticalização e altamente dependente de conexões com intermediários para conseguir colocar os produtos no mercado, o que faz com que tenha capacidade de vender apenas em pequenas quantidades e normalmente na própria região.

Exemplos deste tipo de agricultura no estado do Acre são os produtores da cadeia leiteira, parte significativa dos criadores de gado de corte dentro dos projetos de assentamento agrícola, produtores de grãos e de frutas, como a produção de banana.

Apesar de suas diferenças, os dois tipos de agricultura (agronegócio e de base familiar) são altamente dependentes de tecnologias agrícolas modernas para serem competitivos no mercado e, muitas vezes a margem de lucro por unidade de produto é fortemente

dependente de aumentos da produtividade (produção por unidade de área).

O terceiro cenário, ou tipo de produção agrícola, é a agricultura de base ecológica, que quando realizada sem tecnologias adequadas torna-se mais comumente a agricultura de subsistência e portanto, incapaz de gerar poupança para o agricultor. Essa agricultura é aquela que por localizar-se em locais de difícil escoamento da produção, normalmente sendo dependente do escoamento via fluvial ou por estradas precárias quando localizadas no interior de reservas extrativistas. Sua viabilidade econômica depende menos da produtividade e muito mais da utilização de insumos alternativos, como adubos verdes, sementes varietais, adubação orgânica e outras técnicas ligadas a agroecologia. Como exemplo temos a pecuária e a produção de farinha de mandioca que ocorrem dentro das reservas extrativistas.

Na agricultura de base ecológica também se aplicam as atividades agrícolas (inclusive aquicultura) ligadas aos povos indígenas, como produção em sistemas agroflorestais, manejo de gado e criação de pequenos animais, silvestres (capivara, por exemplo) ou exóticos (suinocultura, por exemplo), piscicultura e criação de quelônios.

As diferentes exigências tecnológicas, de assistência técnica, de regulamentação e de crédito agrícola para cada um destes tipos de agricultura presentes no Estado do Acre, resultará em programas de governo distintos para cada uma destas realidades.

A política agrícola para a agricultura de base ecológica, localizada nas áreas mais remotas, deverá estar voltada principalmente para a melhoria da segurança alimentar das populações que vivem nestas áreas. O objetivo principal será garantir fonte de alimentos, incluindo proteína animal, para essas populações, reduzindo suas necessidades

com a aquisição de produtos alimentícios básicos, principalmente se forem produzidos fora do estado do Acre. Entretanto, essas populações também serão apoiadas para fortalecer seus sistemas de produção e assim gerar excedentes que possam ser consumidos, principalmente no mercado local, a exemplo do que hoje já ocorre com a farinha de mandioca, criação de quelônios e apicultura.

Por sua vez, a política agrícola para a agricultura familiar terá como principal objetivo reduzir a dependência do estado com a importação de gêneros alimentícios oriundos de outras regiões, buscando-se também a introdução de tecnologias que permitam ganhos crescentes de produtividade e assim, que haja excedentes para serem exportados. O Estado atuará como agente promotor das cadeias de produção, facilitando o escoamento da produção, seu armazenamento, comercialização e fornecendo assistência técnica para acesso ao crédito rural e a introdução de insumos e tecnologias modernas, dentre as quais, a própria mecanização.

Finalmente, o agronegócio deverá ser incentivado por meio da regulamentação ambiental e de mecanismos que garantam segurança ao capital investidor, criando-se um ambiente que seja atrativo para a agroindústria de exportação.

Além destes programas estruturantes, será dada atenção a iniciativas visando a criação de alternativas de fontes de renda no meio rural, por meio dos Programas de Empreendedorismo Rural.

Para a implantação dos programas abaixo, será feita uma ampla reestruturação do **sistema de assistência técnica** do Estado, a qual deverá deixar de ser uma mera visita periódica as propriedades rurais, áreas de assentamento agroextrativista e aldeias indígenas, e passará a ser uma relação de convivência harmoniosa e de comprometimento com as metas planejadas. O corpo técnico será promovido e

recompensado à medida que alcance metas de aumento da produção agrícola em sua área de atuação.

No novo padrão de assistência técnica, todo o sistema deverá trabalhar sobre o novo enfoque de "**Liberdade para Produzir**", que significa que o papel da assistência técnica será encontrar e fornecer aos produtores rurais e as populações tradicionais, inclusive povos indígenas, as melhores alternativas tecnológicas e de financiamento, atendidas as exigências ambientais, para a atividade que for determinada pelo próprio produtor (entendido aqui no sentido lato, para incluir todas as populações). Ou seja, o Estado estará a serviço do produtor rural e não o contrário, como ocorre hoje, onde o Estado determina ou limita as opções de produção agrícola.

Para isto, os técnicos receberão capacitação direcionada as metas a serem buscadas, além de novas ferramentas de tecnologia da informação, inclusive para o compartilhamento de ideias e soluções.

Programas para a Agricultura de Base Ecológica: Segurança Alimentar

Agricultura do Ribeirinho

Incrementar a capacidade de trabalho agrícola das populações rurais, por meio de técnicas agrícolas adequadas para a pequena produção familiar e sem dependência de insumos externos à propriedade, baseada em princípios agroecológicos, para o aumento da produção de alimentos básicos (arroz, feijão, milho, abóboras e outros) e produtos comerciáveis (melancia, abacaxi, cucurbitáceas em geral e outros), com a utilização de sistema de rotação de culturas, adubação verde e compartilhamento de recursos de mão de obra local.

Programas para a Agricultura de Base Familiar: Substituição de Importação

Acre Produtivo – manejo de microbacias hidrográficas para a produção de alimentos.

Esse programa estará voltado para a introdução da moderna mecanização em terras destinadas à recuperação de áreas degradadas com a produção de grãos em sistemas de rotação de culturas ou em sistemas de consórcio para a produção de frutas nativas, aliado a política de recuperação das terras, matas ciliares nos rios e igarapés e práticas de controle de erosão para a conservação do solo e da água.

Dentro deste programa, serão tomadas medidas estruturantes, como a reativação plena da CAGEACRE, para que se garanta preços mínimos ao produtor rural, como também a reestrutura da assistência técnica e dos serviços de licenciamento ambiental, para que possam atuar proativamente na promoção de melhorias ambientais nas propriedades rurais, e não apenas como órgãos repressores.

O programa, devido a sua magnitude, será dividido em dois subprogramas:

- a) **Manejo conservacionista para a produção de grãos:** estará focado em terras sem impedimentos à mecanização e com baixa a moderada susceptibilidade à erosão. Neste sistema, a mecanização será introduzida em nível de microbacia hidrográfica, integrando em sistemas de pequenas cooperativas ou associações a utilização da mecanização para otimizar o rendimento das máquinas nas áreas a serem mecanizadas, que receberão assistência técnica especializada, garantia de preços mínimos e subsídios para aquisição de máquinas agrícolas

(tratores, implementos, silos para secagem e armazenagem e caminhões para transporte da safra) e insumos. Todos os produtores deverão também realizar medidas de recuperação ambiental em áreas de proteção ambiental, inclusive aqueles que tenham algum passivo ambiental (multas ambientais) poderão realizar termo de ajuste de conduta para ficarem isentos das multas.

- b) **Produção integrada de frutas nativas e exóticas:** nas microbacias onde a mecanização intensiva não seja possível, será estimulado a produção de frutas, nativas ou exóticas, tanto para o abastecimento local como para exportação. Dado que a Produção Integrada de Frutas (PIF) é um sistema de exploração agrária que produz alimentos e outros produtos de alta qualidade mediante o uso de recursos naturais e de mecanismos reguladores para minimizar o uso de insumos e contaminantes pela integração de práticas de manejo das plantas frutíferas, assegurando uma produção agrícola mais sustentável. Serão utilizados instrumentos para realização de monitoramento e rastreabilidade de todo o processo, o que permite a exportação de frutas para o mercado local e sua expansão futura, inclusive para o mercado externo. Também neste caso, haverá assistência técnica especializada para esse tipo de negócio, com apoio para a busca e consolidação de novos mercados locais, regionais e de exportação, introdução de rigoroso controle fitossanitário e apoio em cooperativas de produção agrícola para a verticalização do negócio de frutas. No futuro, a tendência é que havendo a consolidação e verticalização da cadeia de produção, esse programa ganhe características de agronegócio, gerando assim mais emprego na cidade e no meio rural.

Boi verde (pecuária de corte)

O objetivo deste programa será aumentar o rebanho bovino de corte e intensificar todas as ações sanitárias, promovendo a marca da carne produzida em pastagens na Amazônia como um produto saudável e de elevada qualidade. O incremento do tamanho do rebanho bovino será feito juntamente com práticas voltadas para a readequação ambiental das propriedades destinadas a produção pecuária. Pretende-se dobrar a produção animal por unidade de área com a introdução de rotação de pastagens, produção de forragens em capineiras, irrigação de pastagens (quando indicado) e a introdução de um selo verde que garanta a rastreabilidade de origem e a adequação ambiental do sistema de produção. O aumento da produtividade animal por unidade de área deverá demandar maior quantidade de mão de obra para as novas operações de manejo que se fazem necessárias. Neste programa também será feito estímulo para a implantação de indústrias de transformação de outros subprodutos da pecuária de corte, como indústria do couro e de ração.

Fomentar os programas de consorciação e de arborização das pastagens, visando aumentar o conforto térmico dos animais e a introdução de práticas de controle de erosão e a melhoria da qualidade proteica das pastagens.

Apoio a agroindústria do leite e derivados

Promover e incentivar o aumento da produção local de leite e seus derivados, em conjunto com as indústrias já existentes, fomentando a incorporação de novos produtores na cadeia de produção e melhorando a qualidade dos processos de ordenha, transporte, armazenamento e beneficiamento. O objetivo é produzir 500mil litros de leite/dia ao final de nosso quarto ano de governo.

Pequenos animais grandes negócios

Fortalecer a cadeia de produção de pequenos animais, domesticados ou silvestres, incentivando por meio de assistência técnica e crédito subsidiado, a introdução de fábricas de ração animal, a atividade criadora propriamente dita e a busca por nichos de mercados ou canais de comercialização, tanto regionalmente como para o exterior.

Fortalecimento da cadeia de produção de café

Promover a criação de cooperativas de produtores para a renovação e incremento do parque cafeeiro, com a introdução de novos materiais genéticos e práticas modernas de plantio, cultivo, tratamentos fitossanitários, colheita e beneficiamento, para que o produto (café beneficiado) atinja qualidade adequada para comercialização para consumo local e exportação para outras regiões do país.

Mais ração animal

Implantar programa de apoio a produção e industrialização de ração animal para aumentar o suporte aos demais programas de produção de proteína animal por meio da criação de pequenos e médios animais. Será feito estudo detalhando visando aproveitar ao máximo os resíduos de diversas cadeias de produção para a transformação de ração para fins de criação de pequenos animais.

Programas para Agronegócio: Exportação e Geração de Divisas

Piscicultura

Consolidar o programa de piscicultura do estado do Acre, consolidando a cadeia de produção e trabalhando para produzir lucros

adequados para todos os atores da cadeia, além de buscar mercados consumidores no exterior.

Fortalecer a agroindústria Peixes da Amazônia e todas as cooperativas de produção da cadeia produtiva, para ampliar o processo de industrialização com a criação de novos produtos pela agregação de valor na carne de peixe e seus derivados, inclusive com a criação de produtos pré-preparados para consumo humano e com ingredientes da culinária regional, visando buscar nichos de mercado.

Agroenergias

Estabelecer incentivos fiscais para a ampliação do parque industrial de produção de álcool combustível, possibilidade de produção de açúcar e para a criação da agroindústria de produção de biodiesel a partir da produção de óleo vegetal, com o plantio de culturas adequadas para essa finalidade (dendê, pinhão manso e outras oleaginosas de alto rendimento), em sistema de integração entre a indústria e o produtor rural.

Industrialização da Mandioca

Implantar programa de apoio a industrialização da mandioca, para a produção de fécula (goma) e farinhas com alta qualidade, que possam ser comercializadas não apenas no mercado local, mas também em outras regiões do país. O programa irá também cuidar do aperfeiçoamento da produção de farinha artesanal para que essa possa ser utilizada na cadeia de valores da industrialização voltada para o mercado fora do Estado do Acre. Ao final do quarto ano de mandato, queremos ter implantado diversas indústrias de fécula de mandioca nos municípios.

Programas de Empreendedorismo Rural

Apoio às iniciativas de produção inovadora

Os produtores rurais, individualmente ou organizados em cooperativas, receberão apoio e assistência técnica para a implementação de novos sistemas de produção que ainda não tenham sido implementados no Estado do Acre, ou mesmo aqueles já existentes mas que requeiram apoio técnico em uma ou mais fases da cadeia de produção. Se o sistema de produção implicar em alguma atividade agrícola que não haja experiência técnica local para o apoio, o estado irá capacitar técnico para esta finalidade ou buscar em outra região do país a expertise necessária para o fornecimento da assistência técnica requerida.

Jovem rural empreendedor

Apoiar a juventude por meio da implantação de iniciativas que promovam oportunidades para a permanência do jovem na zona rural, tais como a criação de cooperativas de produção, capacitação e orientação para acesso as linhas de crédito, como o Pronaf Jovem e o incentivo de novos sistemas de produção com acompanhamento técnico específico para este perfil de público.

Mulher rural empreendedora

Apoiar e capacitar a mulher rural para que tenha acesso a linhas de crédito específicas, como o Pronaf Mulher. Estabelecer parcerias para assegurar à todas as mulheres rurais acesso gratuito a documentos civis e trabalhistas, inserir a mulher rural em atividades produtivas que possam aumentar a geração de renda familiar.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE BASE FLORESTAL

No que se refere a produção florestal, o objetivo central será abandonar o amadorismo característico de algumas políticas florestais recentes, que mais tem contribuído para o endividamento do estado do que para a geração de renda, para uma nova política industrial baseada no aproveitamento racional dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros, e tanto aqueles provenientes do extrativismo vegetal (manejo florestal madeireiro e extrativismo de látex, castanha do brasil, açaí, entre outros) como também para o incentivo a florestas plantadas, seja com espécies nativas ou exóticas (mulateiro, cedro africano, teca, plantios de seringueiras clonais, entre outros).

Objetivos

- a) Potencializar a geração de renda e de empregos em toda cadeia produtiva ligada ao setor florestal;
- b) Aumentar a industrialização local de produtos florestais;
- c) Aumentar a entrada de divisas e recursos para a economia local.

Resultados Esperados

- a) Maior renda per capita da população rural e urbana;
- b) Agregação de valor aos produtos do setor florestal madeireiro e não madeireiro;
- c) Geração de empregos em atividades ligadas ao setor florestal madeireiro e não madeireiro, tanto no meio rural como no meio urbano;
- d) Maior demanda por empregos de maior grau de qualificação para o setor florestal madeireiro e não madeireiro;
- e) Aumento da exportação de produtos florestais com agregação de valor no próprio Estado do Acre.

Estratégias de Ação

A ideia central da nova política será criar um setor industrial de base florestal que seja capaz de produzir valores com valor agregado (portanto, espera-se a industrialização destes produtos no próprio estado do Acre) e cujos produtos sejam capazes de competir no mercado externo.

Por exemplo, hoje no setor madeireiro, a maior parte da madeira é exportada com pouco ou nenhum beneficiamento, o que resulta em agregação de valor e geração de empregos em outros estados do país ou mesmo no exterior, com pouco benefício para a população do estado do Acre. A atividade exploratória do manejo florestal é pouco intensiva em mão de obra, principalmente da mão de obra qualificada. Para reverter esse quadro negativo e possibilitar que os ganhos da cadeia de produção no setor florestal sejam mais concentrados no estado do Acre, faz-se necessário a industrialização local. Mas para que essa industrialização seja realmente sustentável, o produto resultante do processo industrial deve ter qualidade e preços competitivos.

E é neste sentido que estarão sendo propostos os programas para esse importante setor da economia local.

Programas de Industrialização de Produtos Florestais

Madeira de lei industrializada no Acre

Muitas das madeiras extraídas da Floresta Amazônica apresentam aspectos de elevada qualidade e resistência, principalmente ao ataque de insetos e umidade, sendo aptas para emprego em construção civil, naval, confecção de móveis de luxo, instrumentos musicais e artigos de decoração.

Incentivaremos uma maior disponibilidade de madeira para o mercado local desenvolver indústrias de móveis, objetos de decoração, peças para construção civil (portas, janelas, balcões), para que a madeira seja exportada na forma industrializada.

Paralelamente, será feito investimento em cooperativas de marceneiros e pequenas indústrias para a obtenção de estufas de secagem da madeira e realizados cursos de treinamento para a introdução de novas técnicas construtivas, para que o setor tenha ganho de produtividade e qualidade, e possa assim desenvolver produtos que sejam exportados.

Além disto, haverá forte apoio para que os empresários locais tenham participação em feiras de negócios, para que possam expor seus produtos e assim ganhar novos mercados.

Neste programa, subsidiariamente, também será dado apoio ao reflorestamento para a recuperação de áreas degradadas que sejam feitos com espécies nativas de madeiras de lei ou com espécies nativas madeireiras de alto valor comercial.

Pro-Amazônia verde (produtos florestais não madeireiros)

Esse programa seguirá, em linhas gerais, as mesmas diretrizes do Programa "Madeira de lei industrializada no Acre", mas neste caso, estará voltado para a industrialização de outros produtos do extrativismo florestal, como bambu (taboca), madeiras de menor valor de mercado, óleos e essências vegetais. O objetivo será apoiar prioritariamente as iniciativas de industrialização de qualquer produto da flora acreana que possua escala adequada para a industrialização, mesmo que em escala de produção familiar.

Alimentos verdes e Orgânicos da Amazônia

Esse programa seguirá em linhas gerais as diretrizes já definidas para os outros programas do setor florestal, mas com a diferença que paralelamente ao aproveitamento dos produtos do extrativismo florestal será também dada ênfase a domesticação e ao cultivo de frutíferas a exemplo da pupunha, cupuaçu e o açaí. Ou seja, a indústria terá como matéria prima os produtos do extrativismo vegetal e também os produtos oriundos de plantios comerciais. Por serem produtos florestais, esses plantios serão priorizados para áreas que demandam recuperação ambiental por meio de reflorestamento.

O objetivo será também criar uma marca que associe a esses produtos, além de um rigoroso padrão sanitário, também a marca Amazônia associada a preservação ambiental, além de apoiar a produção orgânica de alimentos com assistência técnica especializada e subsídios.

Assim, esses produtos alimentícios deverão concorrer em nichos específicos do mercado de alimentos, oferecendo produtos saudáveis do ponto de vista sanitário (quanto a qualidade do processamento e ausência de produtos químicos), como também ambientalmente adequados.

7 INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O futuro da economia acreana será construído a partir de uma nova política industrial que seja fortemente amparada na inovação tecnológica. Devido a logística de transportes e de acesso a serviços e aos mercados, essa é uma condição quase que obrigatória para que possamos ter produtos industriais competitivos com outras regiões do país e do mundo.

A inovação tecnológica possui um mecanismo de proteção a produtos e serviços que precisa ser melhor explorado, que trata-se da Lei de Patentes. Patente trata-se de uma concessão pública, conferida pelo Estado, que garante ao seu titular a exclusividade ao explorar comercialmente a sua criação. Os direitos exclusivos garantidos pela patente referem-se ao direito de prevenção de outros fabricarem, usarem, venderem, oferecerem vender ou importar a dita invenção. A patente insere-se nos denominados direitos de Propriedade Industrial.

Sendo um direito de exclusividade no exercício de uma certa atividade econômica, a patente confere ao seu detentor um monopólio instrumental, o que permite, por um período de até vinte anos, barreiras comerciais para novos investidores.

Desta forma, a nova política industrial para o estado estará focada em apoiar, por meio do sistema de ciência e tecnologia do estado do Acre (secretarias de estado, fundações e institutos de pesquisa e ensino superior), iniciativas empresarias que possam levar ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços que possam ser patenteados, e desta forma, estabelecer diferenciais competitivos.

Essa política poderá apoiar-se tanto na utilização de produtos derivados da biodiversidade amazônica, atendidos os requisitos legais, como em novas tecnologias para os mais diversos setores da economia,

como a construção civil, indústria farmacêutica, indústria de transformação, entre outras.

Mas não apenas os produtos ou serviços patenteáveis serão apoiados pelo sistema de ciência e tecnologia do estado, mas também aqueles que sejam passíveis de outros tipos de proteção, como a produção intelectual, artística e de mídia em geral.

Ao se criar um espaço favorável ao desenvolvimento de novas tecnologias no setor industrial, espera-se indiretamente também que sejam criadas soluções e melhorias no setor industrial convencional (que não seja baseado em inovação tecnológica), cujo apoio seguirá as políticas clássicas de incentivos fiscais diferenciados para atração de investimentos internos e externos.

Finalmente, os demais setores da economia receberão, além de uma política fiscal diferenciada, apoio para a modernização tecnológica de seus produtos ou serviços.

Objetivos

- a) Criar núcleos de excelência tecnológica no estado que possam demandar mão de obra altamente qualificada;
- b) Conquistar novos mercados consumidores com o aproveitamento de produtos locais baseados em alta tecnologia;
- c) Permitir o acesso a recursos financeiros em condições diferenciadas para inserção de tecnologias que promovam o desenvolvimento das empresas instaladas no estado;
- d) Promover a atração e instalação de empresas de alta tecnologia no estado.

Resultados Esperados

- a) Inserir o estado do Acre no mercado de tecnologias industriais baseadas no aproveitamento dos recursos da biodiversidade amazônica;
- b) Ter empresas que trabalhem com alta tecnologia;
- c) Ter ampliado a oferta de empregos qualificados para o setor industrial do estado;
- d) Aumentar a renda da população e a captação de divisas para a economia local.

Estratégias de Ação

Para tornar essa realidade possível, toda indústria que pretender desenvolver novos produtos ou serviços, terá o apoio do estado para desenvolver em suas instalações incubadoras tecnológicas.

Essas incubadoras poderão estar atuando em qualquer setor da economia, tanto na zona urbana quanto rural, bastando para isto, que estejam vinculadas a algum projeto de desenvolvimento tecnológico.

O apoio será feito por meios de grupo de apoio para a captação de recursos para investimentos em processos inovadores dos grandes financiadores nacionais (por exemplo, CNPq ou FINEP), como também com bolsas de pesquisa para atração de jovens doutores, bolsas de pesquisa para estudantes de nível de mestrado e, ou, doutorado, que estejam vinculados a alguma atividade industrial (inclusive agroindustrial, tanto na produção de alimentos como de outros produtos), como em atividades de desenvolvimento de produtos ou serviços que possam ser aplicados no setor de comércio ou serviços.

De mesma forma, os recursos do sistema de ciência e tecnologia estadual serão direcionados para iniciativas empresariais que

pretendam desenvolver qualquer novo produto ou serviço, preferencialmente de forma não induzida, ou seja, o empreendedor que definirá a área que pretende atuar, e não o governo que definirá as prioridades, como atualmente ocorre.

Desta forma, para ter acesso aos recursos, a academia (universidades, instituto de pesquisas e de ensino superior) deverão juntar-se com o empresário empreendedor para atuar em uma ou mais fases do processo de desenvolvimento, inclusive, fazendo parcerias com instituições de fora do estado para agregar competências complementares.

Além destes programas de base tecnológica, a política industrial criará, nos limites da lei, mecanismos fiscais e de incentivo tecnológico para as indústrias que não tenham a inovação tecnológica como meta principal, mas que estejam interessadas em incorporar tecnologias mais modernas em seu sistema de produção.

Neste mesmo sentido, a política de modernização tecnológica será estendida para empresas das áreas de comércio e serviços, que estando a maior parte do capital social da empresa no estado do Acre, queiram investir em novas tecnologias.

Programas para o Setor Agroindustrial e Industrial

Tecnologia inovadoras para processos e produtos agropecuários e florestais

Desenvolvimento de tecnologias apropriadas para aplicação em qualquer etapa da cadeia de produção agropecuária ou florestal.

Tecnologias inovadoras em energias alternativas

Desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o setor de energias alternativas (solar e biomassa vegetal, entre outras).

Programas para o Setor de Serviços e Comércio

Inovação em tecnologia da informação

Apoiar pequenas empresas iniciantes no setor de tecnologia da informação para o desenvolvimento de softwares ou dispositivos baseados em recursos computacionais para aplicação em diversas áreas, desde as áreas governamentais (como saúde, educação, segurança pública, gestão pública, etc.), de entretenimento, de serviço, industrial ou de comércio.

8 GEOPOLÍTICA PARA A INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA: NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES

As grandes diferenças culturais, econômicas, sociais e de recursos minerais e biológicos existentes entre os estados amazônicos de Pando (Bolívia), Madre de Dios (Peru) e do Acre possibilitam novos arranjos industriais e de negócios que sejam capazes de utilizar essas diferenças como vantagens competitivas para a integração econômica das economias regionais.

Podemos citar a disponibilidade de recursos minerais na região de Madre de Dios que inexitem no estado do Acre, o custo diferencial dos combustíveis fósseis (gasolina e diesel no Peru e na Bolívia), a maior disponibilidade de energia elétrica no Brasil e a qualificação da mão de obra brasileira, bem como o maior acesso a tecnologias e crédito financeiro para investimento no Brasil do que nos países vizinhos.

Além disto, esses três estados permitem acesso a mercadorias e serviços a seus respectivos países, em especial pela rodovia do Pacífico que além de ligar a região de Assis Brasil ao resto do Brasil (via sua interligação com a BR-364), liga também o Peru e a Bolívia pelo Altiplano como também, permite o acesso à rodovia Transandina e aos portos peruanos do Pacífico.

Ainda, o estado do Acre situa-se como o único estado brasileiro com capacidade de realizar ampla integração econômica com o Peru, uma vez que o Amazonas ainda não dispõe de ligação rodoviária com o Peru. E dentre os países da Comunidade Andina, o Peru é aquele que apresenta maior potencial para servir de canal para a integração do Brasil com os países da Comunidade Andina, seja pela sua maior estabilidade política, ligação rodoviária com o Brasil e maior complementariedade econômica.

Tudo isto cria uma situação favorável para que o Acre seja colocado como instrumento efetivo para a integração brasileira com os países da Comunidade Andina e, em especial, com os estados de Madre de Dios e Pando.

Objetivos

- a) Incrementar a integração socioeconômica do estado do Acre com os estados de Madre de Dios e Pando;
- b) Aproximar a economia acreana da Comunidade Andina;
- c) Estabelecer novas oportunidades de negócios e integração sócio econômica entre o estado do Acre e os países da Comunidade Andina.

Resultados Esperados

- a) Firmar, com intermediação do governo federal, acordos bilaterais para a integração econômica e cultural dos estados do Acre, Madre de Dios e Pando.
- b) Estudar a viabilidade de um complexo industrial tri-nacional na fronteira entre Bolívia, Peru e o Brasil.
- c) Criar novas oportunidades de negócios e de geração de renda e emprego pela integração cultural e econômica com a Comunidade Andina.

Estratégias de Ação

Para tornar possível a integração econômica, a estratégia será estabelecer inicialmente interesses comerciais comuns entre os setores industriais ou de serviços dos países, articulando-se as ações e iniciativas com os governos centrais de cada país.

Serão estabelecidas iniciativas legislativas entre os três estados amazônicos para aproximação cultural e econômica e com o apoio da diplomacia do Itamaraty, será criado um grupo de trabalho dos três países com especialidade em direito comercial internacional, com o objetivo de sugerir alterações nas legislações de cada um dos países que tornem possível a integração econômica dos três estados, principalmente, para favorecer a criação de um complexo industrial tri-nacional na tríplice fronteira.

Além destas ações, será também dada ênfase para as iniciativas industriais voltadas para o desenvolvimento de um setor industrial exportador, no modelo já previsto para a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e ações bilaterais para o desenvolvimento de programas específicos, como por exemplo, o incremento do turismo Cuzco-Rio Branco, focado em turistas internacionais que visitam Cuzco ou nos turistas internacionais que visitam o Brasil.

Programa Integração e Produção para Exportação

Ativação da Zona de Processamento de Exportação

Equacionar os entraves atuais para o pleno funcionamento da Zona de Processamento de Exportação, para que possa haver efetiva atração de empresas nacionais ou internacionais para se instalarem no parque de processamento de exportação de Senador Guimard.

Exploração de gás natural e petróleo

Serão criadas condições para que a indústria petroleira possa estabelecer investimentos no estado do Acre.

Complexo Industrial Tri-nacional de Bolpebra

Estudar a viabilidade de implantação, com o apoio dos governos centrais do Brasil, Bolívia e Peru, de uma zona industrial tri-nacional na tríplice fronteira, que atue como uma zona industrial franca, que seja apta para receber insumos (energia, combustível, recursos minerais, agrícolas, florestais ou biológicos), capital, mão de obra ou tecnologia de qualquer um dos países integrantes do complexo industrial, bem como tenha facilidades alfandegárias e fiscais para ingressar com produtos fabricados neste complexo em qualquer um dos mercados nacionais dos países envolvidos, além de poder também utilizar os benefícios fiscais para exportação concedidos as empresas nacionais de qualquer um destes países, quando os produtores forem exportados pelos respectivos portos nacionais.

O modelo industrial a ser criado tem características de uma zona franca (como a de Manaus), mas também de um complexo industrial entre dois países distintos, funcionando com regime diferenciado, em um espaço territorial devidamente compartilhado entre os três países.

Integração com rota do Caribe via ponte sobre o rio Madeira

Realizar gestão para a construção da ponte do rio Madeira, no distrito de Nova Abunã, Porto Velho-RO, visando a integração econômica do estado do Acre com a rota do Caribe.

Integração Pucallpa – Cruzeiro do Sul

Realizar gestão junto ao governo federal para a ligação rodoviária entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa, no Peru.

Integração turística Cuzco-Rio Branco

Fomentar uma rede de agências de viagens, empresas hoteleiras, de transporte aéreo e rodoviário e de locação de veículos que permita criar uma efetiva rota turística entre cidades brasileiras e a cidade de Cuzco, mas voltada principalmente para turistas internacionais que visitam a América do Sul.

Espera-se que seja possível atrair ao menos 5% do fluxo de turistas que visitam Cuzco para passeios ou viagens ao Brasil, levando também até Cuzco, turistas que visitam o Brasil e tendo, neste intercâmbio, a cidade de Rio Branco como um dos atrativos pela sua culinária, hospitalidade e histórico de lutas ambientais, além dos atrativos como geoglifos, turismo ético e esportivo.

9 INFRAESTRUTURA

Infraestrutura Urbana

O atendimento às necessidades básicas da infraestrutura pressupõe a garantia da trafegabilidade das estradas e rodovias, calçamento de ruas, saneamento básico com tratamento da rede de esgoto e o fornecimento de água tratada de forma ininterrupta em todos os municípios.

Na habitação, será priorizado a conclusão dos programas já em execução e a construção de novas unidades, beneficiando as famílias que residem em áreas de riscos.

Objetivos

Melhorar a qualidade de vida da população acreana, garantindo acesso aos serviços públicos essenciais.

Resultados Esperados

- a) Asfaltamento e/ou calçamento de 90% das vias urbanas públicas do estado, com rede de distribuição de água tratada e de esgotos.
- b) Fornecimento de água potável de forma ininterrupta para todos os imóveis urbanos.
- c) Implantação de rede de tratamento de esgotos em pelo menos 80% dos municípios acreanos.

Estratégia de Ação

As iniciativas do governo do Estado serão focadas na captação de recursos investimentos junto aos Ministérios das Cidades e programas

federais para o atendimento das demandas de infraestrutura, além de forte parceria com os municípios.

Será também montada uma equipe técnica de especialistas em gestão pública para o suporte técnico às prefeituras do estado, para que possam reequilibrar suas contas e assim obterem diretamente os recursos necessários para as obras de infraestrutura.

Programas de Infraestrutura urbana

Pavimentação e urbanização de ruas

Atuar em parceria com as prefeituras municipais para concluir a urbanização de 90% das ruas dos municípios do interior, com calçamento ou asfaltamento, drenagem e rede de distribuição de água tratada.

Ampliar e modernizar a malha viária de Rio Branco, com no mínimo 200km de asfalto

Água 24 horas

Estabelecer cronograma para que haja fornecimento ininterrupto de água tratada pela rede pública em 100% dos imóveis urbanos, com correção de perdas no sistema e aumento da capacidade de captação e tratamento de água.

Também serão intensificadas estratégias para redução dos danos e riscos sanitários e ambientais; elaboração dos Planos Diretores de saneamento dos municípios do Estado; regularização dos serviços de saneamento básico junto aos Municípios do interior; fortalecimento da gestão das perdas nos sistemas de abastecimento de água e adequação e recuperação dos sistemas de esgotos existentes no Estado. Serão implementados ainda os seguintes programas e ações:

Reestruturar e ampliar os sistemas de saneamento básico nos municípios

Garantir novo sistema tratamento do esgoto gerado em Rio Branco e nos municípios, com biodigestores

Promover ações para o tratamento adequado do lixo urbano em 100% das cidades acreanas

Construir o anel viário de Brasileia, incluindo a ponte sobre rio Acre que liga Brasileia a Epitaciolândia.

INFRAESTRUTURA RURAL

Será priorizado a reconstrução de pontes, canais escoadouros e a recuperação e manutenção preventiva dos ramais na maioria dos projetos de assentamento agropecuário, para garantir a trafegabilidade destes ramais em todos os meses do ano.

Para as áreas mais remotas, serão construídos entrepostos, com ligação via ramal até a cidade sede dos municípios, para reduzir o tempo de viagem das áreas remotas a sede dos municípios.

Objetivos

Melhorar o acesso aos imóveis rurais e o escoamento da produção agropecuária em todos os projetos de assentamento agrícola do estado do Acre, bem como reduzir o tempo de deslocamento das áreas remotas dos municípios para suas respectivas sedes.

Resultados Esperados

- a) Aumentar a produtividade e a lucratividade das atividades de exploração agropecuária, florestal e extrativista nas áreas rurais.

- b) Aumentar a facilidade de locomoção da população rural para os centros urbanos.
- c) Aumentar a integração entre a sede dos municípios e a zona rural destes mesmos municípios.

Estratégia de Ação

Serão estabelecidas parcerias com as prefeituras, o governo federal (aquisição de equipamentos), com o INCRA e o Instituto Chico Mendes (nos assentamentos e reservas extrativistas, onde isto for viável) para a introdução de melhorias dos ramais e construção de entrepostos para escoamento da produção agropecuária, ribeirinha e extrativista.

Programas de infraestrutura rural

Escoamento da produção agropecuária

Garantir, em todo projeto de assentamento agrícola, a trafegabilidade dos principais ramais em todos os meses do ano, permitindo o constante tráfego de pessoas, insumos e da produção agropecuária.

Nas sedes dos municípios onde não haja ponte entre a zona rural e o município, serão construídas pontes ligando essas áreas, como por exemplo, entre a Sibéria e a cidade de Xapuri, entre Porto Acre e o Caquetá, entre Sena Madureira e segundo distrito.

Ligação rodoviária de todas as cidades acreanas

Realizar estudos técnicos e ações junto ao governo federal para a ligação rodoviária das cidades de Marechal Thaumaturgo a Porto Walter e Rodrigues Alves via BR-317 (projetada) e de Santa Rosa do Purus com Feijó via a BR-409 (projetada). Estabelecer negociações com

o Instituto Chico Mendes para a ligação rodoviária de Jordão a Marechal Thaumaturgo via rodovia estadual.

Melhor caminho

Construir nas rotas fluviais mais importantes para o transporte de mercadorias e pessoas, entrepostos avançados, aproveitando acessos realizados por meio de ramais em projetos de assentamento agrícola, com a inclusão de transporte público rodoviário em pelo menos três dias da semana, como meio de facilitar a locomoção e o escoamento da produção nas áreas mais remotas.

Esses entrepostos além da ligação rodoviária com a sede do município, serão também equipados com posto de saúde avançado, posto telefônico, porto para transbordo de produtos agrícolas e animais e transporte público regular.

Além destes, dentre outros, serão executados ainda:

Conclusão a BR-364 até Cruzeiro do Sul, com transparência dos serviços executados e que falta executar

Manutenção periódica das Rodovias Federais BR-364 e BR-317

Recuperação e alargamento das Rodovias Estaduais AC-10, AC-475 e AC-90

Estabelecer parcerias com o governo federal, para ligação rodoviária entre todos os municípios

Articulação junto ao governo federal e ao governo do Estado de Rondônia para construção da ponte sobre o rio Madeira

INFRAESTRUTURA HABITACIONAL

O foco será a reestruturação do plano diretor de ocupação do espaço urbano de todas as cidades do estado do Acre, para que seja obrigatório que a expansão urbana ocorra com base em critérios ambientais rígidos, que garantam aos novos bairros vias de acesso rápido, facilidade no tráfego interno e completa infraestrutura urbana. O propósito será eliminar o crescimento desordenado das cidades, impondo-se novos padrões que venham valorizar o patrimônio urbano e privado nos novos bairros.

Objetivos

Garantir moradia de qualidade para a população acreana e definir um novo modelo de ocupação do espaço urbano.

Resultados Esperados

- a) Reduzir o déficit habitacional para a população de baixa renda.
- b) Reduzir ao mínimo a quantidade de famílias afetadas por alagamentos ou desmoronamentos de casas em áreas de risco, como várzeas alagáveis e bordas de rios.

Estratégia de ação

O estado tomará a iniciativa para que todos os municípios do estado refaçam seu plano diretor de ocupação do espaço urbano, proibindo-se a expansão de moradias ou obras civis, inclusive públicas, em áreas de riscos, com planejamento plurianual para a remoção de toda a população destas áreas para outras mais adequadas do ponto de vista ambiental. Para isto, serão realizadas parcerias com a iniciativa privada e as prefeituras para a construção de novas habitações em bairros planejados, baseados no princípio de cidades modernas, com amplas

avenidas, vasta arborização e completa infraestrutura de serviços públicos de saneamento e fornecimento de água tratada e energia elétrica.

Programas Habitacionais

Concluir a cidade do povo, uma vez que este programa foi originalmente apresentado nas propostas de governo de Bocalom durante as eleições de 2008, com o nome Bairro da Liberdade.

Casas para quem precisa

Programa de habitação popular a ser aplicado em todas as cidades do estado, inclusive na capital visando prioritariamente a remoção das famílias das áreas de risco e o atendimento das pessoas com menor renda, visando reduzir ou eliminar o déficit habitacional para essa grupo populacional, seguindo as linhas do programa federal Minha Casa Minha Vida.

Lar doce lar

Esse programa irá apoiar a construção e a reforma de casas em lotes particulares, bem como novos conjuntos habitacionais.

O objetivo é atender uma gama maior de famílias que não são atendidas pelos programas habitacionais existentes, pelo fato de já possuírem seu próprio lote ou casa, mas que necessitam de investimentos para construção, ampliação ou reforma.

Novos planos diretores de ocupação do espaço urbano

Estabelecer grupo de trabalho para assessorar todos os municípios do estado do Acre para que desenvolvam novo plano diretor de ocupação do espaço urbano, exigindo que os novos bairros sejam construídos com base em rígidos padrões de qualidade ambiental e de

infraestrutura urbana, de forma a promover a renovação arquitetônica e urbanística das cidades acreanas.

10 DEMOCRACIA E LIBERDADE: COMUNICAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Trabalho, renda, alimentação saudável e espaço adequado para se viver são necessidades básicas para a sobrevivência, mas não são suficientes para atender todas as outras necessidades do ser humano.

A vida plena do homem moderno almeja liberdade da expressão de pensamento, de valores culturais e de todas suas diversidades, sejam essas religiosas, políticas ou comportamentais, respeitando-se os limites éticos da coletividade.

A liberdade representa a autonomia e a espontaneidade de um sujeito racional, elemento qualificador e constituidor da condição dos comportamentos humanos voluntários. É por meio da liberdade que o ser humano pode exprimir-se como tal e em sua totalidade.

Por sua vez, democracia é um conjunto de princípios e práticas que protegem a liberdade humana. É a institucionalização da liberdade.

E é dentro deste espaço, de democracia e liberdade, que se deseja que o povo acreano possa alcançar a plenitude de sua condição humana, condição essa que é expressa na comunicação, na cultura nos esportes e lazer.

E neste sentido, as propostas de governo para essas áreas foram pensadas para reforçarem os dois princípios básicos: democracia e liberdade, na comunicação, na cultura e nos esportes e lazer.

A transparência dos órgãos públicos é uma obrigação e, portanto, é dever do Estado fornecer informações verdadeiras e completas para a sociedade.

Por isto, a comunicação pública trata fundamentalmente do exercício de um dos direitos que integram a cidadania, conquistado e edificado ao longo dos debates públicos na arena política.

Todavia, na comunicação pública atual no estado do Acre, nem sempre a transparência está presente nas relações entre agentes de comunicação, setor governamental e a sociedade civil acreana.

Por isto, na área de comunicação pública o esforço será para reformar o atual sistema público de comunicação do estado do Acre, para que se possa reconstruir seus alicerces para que seja um órgão atuante, com a realização de reuniões periódicas, consultas e audiências públicas, a aproximação com a ouvidoria, a criação de instrumentos para dar transparência às discussões em curso e o apoio a estudos de especialistas independentes.

Objetivos

Reformar o sistema público de comunicação para que possa refletir a diversidade política, cultural e de competências profissionais e de pensamento do estado do Acre, em forte sintonia com os princípios da comunicação pública.

Resultados Esperados

Estabelecimento de um novo ambiente político-cultural no estado, onde a divergência de pensamento seja respeitada e haja pleno respeito às diversidades culturais e sociais.

Estratégia de Ação

Reformar o sistema público de comunicação, desde seus estatutos e regimentos, sua estrutura administrativa e grade de programação, para que deixe de ser apenas uma ferramenta de promoção de políticas governamentais e que possa servir a sociedade como um espaço democrático para o debate, o entretenimento e a valorização da diversidade cultural, histórica e de pensamento da sociedade acreana.

Jamais esquecer dos valorosos funcionários de carreira que ao longo de tantos anos de trabalho, levaram informação e entretenimento ao povo acreano.

Programas de Governo de Comunicação

Avaliação de políticas públicas

Tornar o sistema de comunicação pública como um instrumento autônomo e independente com parte necessária do processo de avaliação dos programas governamentais, fornecendo à sociedade um mecanismo isento que garanta a máxima participação social, a isonomia entre os setores interessados e o real empenho dos poderes públicos, em especial do Executivo, na concretização dos debates.

Conteúdo e diversidade

Promover uma nova grade de programa que possa contemplar toda a diversidade cultural, política, étnica e racial, de gênero e de

orientação sexual da sociedade acreana na programação, gestão e produção do sistema público de comunicação do estado do Acre.

Gestão, participação e controle social

Instalação de mecanismos de participação social (audiências e consultas) na gestão do sistema público de comunicação do estado do Acre, resguardadas as características de cada setor da comunicação, e desde que garantida independência editorial baseada nos princípios da comunicação.

CULTURA

As ações do governo serão direcionadas à promoção de ações transversais entre os diversos gêneros de arte e expressões culturais, efetivando convergências, promovendo e preservando as culturas populares e tradicionais, , estimulando a inovação, apoiando linguagens culturais de menor alcance de público assim como as de maior apelo popular.

Objetivos

Promover a gestão democrática e republicana com a sustentabilidade das políticas educacionais, contemplando a participação de todos os setores, de artistas, produtores, movimentos e incentivadores, incluindo todas as regiões do estado.

Resultados Esperados

Consolidar uma identidade cultural própria do estado do Acre, que reflita de forma clara a diversidade de sua população (indígena, população tradicional e novos imigrantes).

Estratégia de Ação

Organizar os equipamentos culturais do estado, estabelecendo programas de ação e ocupação com a participação dos artistas e propiciando o amplo acesso da população, por meio de parcerias com o setor privado e outros equipamentos culturais, tais como universidades, faculdades, museus, salas de exposições, auditórios, salas de espetáculos, bibliotecas, estúdios, canais de rádio e TV públicas, escolas estaduais de educação básica, de órgãos e de empresas estaduais.

Programas de Governo de Cultura

Ampliar a participação do setor privado na promoção cultural

Adotar uma política pública que viabilize maior participação do setor privado na promoção cultural, gestão dos espaços culturais, espetáculos e demais formas de apoio.

Apoiar a comunidade na elaboração de projetos de captação de recursos

Orientar e apoiar a comunidade, especialmente por meio dos Conselhos Comunitários de Cidadania (ver Segurança Pública) para que sejam capacitados para a elaboração de projetos , gestão e captação de recursos públicos e privados, em especial, aproveitando os benefícios fiscais da Lei Rouanet.

Promover as manifestações culturais que zelem o patrimônio cultural

Promover, divulgar e incentivar a prática de diversas expressões culturais através de eventos e premiações que estimule, além da participação dos atuais artistas, também o surgimento de novos artistas. Reforçar as políticas públicas de resgate dos valores culturais das

populações tradicionais e imigrantes, visando consolidar a identidade cultural do estado do Acre, sem a imposição de valores culturais.

Ampliar a cultura nas escolas

Avançar na integração da educação e cultura ampliando a jornada escolar e possibilitando a inserção das diferentes linguagens e práticas artísticas na Educação Básica.

Incentivo ao desenvolvimento de mídias autônomas.

Apoiar e incentivar, junto com o sistema público de comunicação, o desenvolvimento de mídias autônomas para fins de entretenimento, atividades culturais diversas e comunicação, por meio do uso de tecnologias livres, apoiando iniciativas individuais ou coletivas de criação de novos veículos de comunicação e, ou, alternativas de circulação da produção cultural, tanto por meio de novas tecnologias digitais ou por meio da criação de redes de compartilhamento.

Dentre as principais ações e programas, destacamos ainda:

- Apoiar efetivamente todas as iniciativas e práticas culturais em todos os municípios, a exemplo dos Festivais de Quadrilhas, Festival de Fanfarras, outros;
- Resgatar e apoiar festivais de música, teatro e danças.

ESPORTES E LAZER

As ações estarão voltadas para a manutenção dos diversos programas de esporte e lazer já existentes, em especial aqueles voltados para o público jovem nos diversos níveis educacionais, como por exemplo, as competições escolares nos diversos níveis etários, o apoio às políticas municipais de desenvolvimento de práticas de esporte e lazer.

O diferencial será a atenção especial na consolidação de uma ou mais modalidades esportivas para que o Estado do Acre possa alcançar em uma ou duas décadas o nível de referência nacional em determinadas modalidades, de modo que se torne eficiente na promoção continuada de atletas de alto nível.

Objetivos

Criar uma cultura esportiva no estado que canalize parte da atenção dos jovens e adolescentes para a prática esportiva.

Resultados Esperados

Consolidar uma ou mais modalidades esportivas com atletas de alto rendimento e que se tornem referência nacional ou internacional na modalidade.

Estratégia de Ação

Nos dois primeiros anos será feita pesquisas de opinião entre a classe estudantil e professores de educação física nas escolas públicas para identificar uma ou mais modalidades esportivas que possam fazer parte do programa da formação de atletas de alto rendimento. Identificada esta modalidade, serão criados centros esportivos e feita a capacitação técnica de servidores da área da educação para atuarem como técnicos de atletas de alto rendimento. Os melhores atletas de diferentes escolas serão, então, constantemente selecionados para atuarem em equipes para competição semiprofissional, recebendo inclusive bolsa especial para atletas.

Programas de Governo de Esportes e Lazer

Atletas de alto rendimento

Estabelecer programas especiais para a identificação de modalidades esportivas que possam resultar no desenvolvimento de atletas de alto rendimento que estejam aptos a participar de competições esportivas nacionais ou internacionais. Uma vez identificadas essas modalidades, serão preparados treinadores e equipe de apoio especial para o fortalecimento da modalidade, até que esta alcance projeção nacional.

Otimização dos espaços públicos para lazer e esportes

Realizar estudo técnico para identificar problemas de baixa utilização dos espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer, para, junto com as prefeituras municipais, introduzir as melhorias necessárias para o pleno uso destes espaços, seja do ponto de vista de novos equipamentos, alterações no projeto ou incremento da segurança ostensiva nestes espaços.

Além das ações e programas supramencionados, destacamos:

- Construir o Centro Olímpico de Rio Branco;
- Apoiar efetivamente todas as iniciativas e práticas desportivas todos os municípios, a exemplo das escolinhas de futebol, artes marciais (Capoeira, Kung Fu, Jiu Jitsu, Taekwondo, outros);
- Criar e implantar o circuito estadual de rodeio;
- Criar e implantar o circuito estadual de motocross;
- Resgatar e fortalecer os centros de juventude em todos os municípios.

11 GESTÃO PÚBLICA: DISCIPLINA, TRANSPARÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

A Coligação Produzir Para Empregar almeja para o Estado do Acre um novo modelo de Gestão, objetivando resultados positivos para a sociedade e uma melhor relação entre recursos disponíveis, ações administrativas e resultados.

A regulação, o controle e a transparência das ações de governo tornam-se essenciais quando envolvem a aplicação de recursos públicos.

O novo governo buscará mecanismos essenciais para garantir uma gestão pública responsável.

Debater formas de melhorar a gestão do Estado do Acre, é uma exigência do povo Acreano, pois gestão com responsabilidade é a capacidade de fazer o que precisa ser feito.

A Coligação Produzir Para Empregar vai pautar suas ações administrativas em proporcionar melhor estrutura física ao Estado, como sua base econômica e a qualidade de vida dirigida à população, focada em resultados.

A intenção da regulação é, portanto, a de cumprir com o interesse público por meio de metas pré-estabelecidas. O Controle é uma das funções que compõem o processo administrativo. O novo governo pretende monitorar os resultados das ações realizadas, para constantes melhorias.

A intenção da transparência é um dos objetivos eficazes da moderna Administração Pública.

Espera-se, dentro desta concepção, que se possa orientar toda a organização do Estado na busca de suas metas.

É indispensável que a gestão pública se profissionalize, descentralizando suas funções, seguindo modelos gerenciais eficazes, administrando em conjunto com a sociedade organizada e implantando novas formas de atendimento e prestação de serviços à população.

Objetivos

- a) Profissionalizar a gestão pública;
- b) Incentivar maior independência da iniciativa privada nos processos produtivos, com o Estado atuando como um agente de estímulo a todas as iniciativas empresariais;
- c) Ampliar qualidade no atendimento dos serviços prestados à população.

Resultados Esperados

- d) Redução da burocracia estatal;
- e) Que o setor privado tenha maior participação no crescimento da economia;
- f) Melhorar a eficiência do Estado em suas atividades básicas;
- g) Implementar práticas administrativas baseadas na orientação para resultados, na flexibilidade e a recompensa do mérito.

Estratégia de Ação

A principal estratégia de ação será pautada na valorização do capital humano, pois o maior patrimônio de um governo são os seus servidores.

Neste sentido, será feita a reestruturação dos planos de cargos e carreiras e salários de todas as secretarias.

Vamos acabar com os “marajás”, cargos de confiança destinados a militantes políticos sem qualquer qualificação técnica, que ganham altos salários mas pouco ou nada contribuem para a efetividade da administração pública.

Vamos garantir que 50% dos cargos comissionados serão ocupados por servidores de carreira.

Outro foco será na realização de concurso público para contratação de novos funcionários. A meta será contratar pelo menos 8 mil novos funcionários públicos, para as áreas de saúde, segurança pública, educação e outras áreas de atuação do Estado.

Será feita a redução do número de Secretarias de Estado e será implantada política de valorização do servidor público, com premiação por resultado.

O Estado passará a apoiar todas as prefeituras, ao invés de realizar atividades e ações que são de responsabilidade das administrações municipais.

Serão estabelecidos incentivos com regras claras para que a iniciativa privada possa alavancar a economia local com mais independência e menos intervencionismo, reduzindo o papel do Estado no setor produtivo e valorizando a livre iniciativa.

Programas de Governo para Gestão Pública

Choque de Gestão

O choque de gestão terá como focos principais o planejamento, o orçamento, a estrutura organizacional, os recursos humanos, os

processos e as tecnologias, as compras governamentais e a qualidade na prestação dos serviços públicos e no atendimento ao cidadão. Para os desafios relacionados ao planejamento, o novo governo terá uma gestão inteligente dos recursos físicos, humanos e financeiros com base em informações confiáveis e atualizadas. Para a população, isso se reflete em melhoria no atendimento, transparência e agilidade na prestação de serviços, inclusive pela internet.

Suas metas estarão voltadas a zelar pela racionalidade da estrutura, evitando superposição de funções, permitindo o exercício de atuações Inter setoriais, criando fóruns colegiados de decisão e identificando claramente as responsabilidades de cada agente público, para assim, aumentar a eficiência das ações governamentais e reduzir perdas com programas ineficazes.

Nova política de recursos humanos

A nova política de recursos humanos será implementada em todos os setores do estado através da gestão por resultados, com premiações e incentivos e a constante capacitação, treinamento e desenvolvimento de novas competências no setor público.

Política de planejamento

Na área de planejamento serão implementados recorrentemente esforços para a vinculação inequívoca entre planejamento e orçamento, com o estabelecimento de metodologias de planejamento, do efetivo acompanhamento da execução orçamentária, e a implementação de métodos de avaliação de processos e de alcance de resultados, visando a adequada apropriação de custos e a aferição constante da qualidade do gasto público.

Incorporação de ferramentas tecnológicas

Incrementar a incorporação de ferramentas tecnológicas em todas as áreas de atuação do estado, para que se promova maior agilidade, conforto e transparência no atendimento ao cidadão e promovam um fluxo contínuo de informações e indicadores gerenciais voltados a apoiar o processo de tomada de decisão. Inclui-se aqui o Governo Eletrônico, que engloba sistemas voltados ao atendimento e prestação de serviços ao cidadão, os portais de serviços e de transparência, a certificação digital como mecanismo de eliminação completa da necessidade de papéis e do comparecimento presencial dos envolvidos, as iniciativas de gestão da informação, dentre outros.

Na área específica de licitações e compras governamentais, iniciativas como pregão eletrônico e flexibilização das regras de contratação, que visam a promover maior competição e custos específicos menores de aquisição, também são objetos dessas políticas.

Independência dos processos de controle e fiscalização

Não interferir na independência dos órgãos fiscalizadores (Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual), para que essas instituições possam cumprir com plenitude suas funções e assim garantir melhor uso dos recursos públicos. Essa atitude ainda fornecerá as garantias para toda a ação realizada pelo governo da Coligação Produzir Para Empregar sejam devidamente direcionadas aos cidadãos do Estado do Acre.

12 O FUTURO QUE BUSCAMOS

Um governo de mudança deve se pautar também em uma nova postura ética para que seja possível alcançar um novo estágio no desenvolvimento social do Acre, e se tenha realmente um governo mais

humanitário e capaz de propiciar a população os meios para que se construa uma sociedade mais fraternal, igualitária e socialmente justa.

Mas como se deve dar essa nova postura ética?

Para descrever essa nova ética que a Coligação Produzir Para Empregar busca, vamos utilizar como exemplo texto redigido pelo saudoso professor José Mastrangelo. Esse texto era utilizado pelo professor em reuniões políticas à época em que estava atuando como secretário do PSDB à convite de Tião Bocalom, com a missão de ajudar o partido em torno de um projeto ético, comprometido com a mudança e em favor do ser humano.

O texto explica com uma linguagem simples a importância de se ter ética na política para que se possa cuidar das pessoas e da sociedade para que possamos alcançar as mudanças que todos buscamos:

ÉTICA E POLÍTICA¹

Sente-se a urgência de construir uma nova Ética para uma nova Política.

De que Ética precisamos?

Daquela que se opõe à falta de cuidado, ao descuido, ao descaso e ao abandono. O que se opõe ao descuido, ao descaso e ao abandono é o cuidado.

Cuidar é uma atitude. Representa uma atitude de atenção, de zelo, de ocupação, de preocupação, de responsabilização e no envolvimento efetivo com o outro.

¹ Texto Ética e Política, redigido pelo professor José Mastrangelo, Filósofo e teólogo (in memorial). 2007.

Quando afirmamos, por exemplo: "nós cuidamos de nossa casa" subentendemos múltiplos atos, como a preocupação com as pessoas que nela habitam, dando-lhes atenção, garantindo-lhes as provisões e interessando-nos com o seu bem estar.

Cuidamos do ar bom que se deve cuidar em cada cômodo, quarto, sala e cozinha.

Zelamos pelas relações de amizades com os vizinhos, deixando saudades quanto partimos e despertando alegria quando voltamos.

Temos diligências com o aspecto físico da casa, do terreno e do jardim. Ocupamo-nos do gato e do cachorro, dos peixes e dos pássaros que povoam nossas árvores. Tudo isto pertence à atitude de cuidado material, pessoal, social e espiritual da casa.

Como a nova Ética deverá concretizar-se no campo da Política?

Primeiro: Cuidado com a sociedade sustentável.

Atualmente, quase todas as sociedades são enfermas. Produzem má qualidade de vida para todos, seres humanos e demais seres da natureza. E não poderia ser diferente, pois, estão assentadas sobre o modo do trabalho entendido como dominação e exploração da natureza e da força do trabalho.

Sustentável é a sociedade que produz o suficiente para si e para os demais seres da natureza onde ela se situa. Toma da natureza somente o que ela pode repor e mostra um sentido generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão.

Na prática, a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um novo tipo de desenvolvimento. Não significa

voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para um futuro comum.

Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente.

Segundo: Cuidado com o outro.

Cuidar do outro implica um grande esforço para superar a dominação dos sexos, desmontar o patriarcalismo e o machismo, por um lado, e o matriarcalismo e o feminismo excludente, por outro. Exige inventar relações que propiciem a manifestação das diferenças não mais entendidas como desigualdades, mas como riqueza da única e complexa substância humana.

Terceiro: Cuidado com os pobres, oprimidos e excluídos.

Como tratar esses condenados e ofendidos da sociedade?

O compromisso dos oprimidos e de seus aliados por um novo tipo de sociedade, na qual se supera a exploração do ser humano e a espoliação da natureza, releva a força política da dimensão – cuidado.

O eu é que move os movimentos dos sem – terra, sem – teto, dos privados dos direitos sociais, dos meninos e das meninas de rua, dos idosos, entre enternecimento pela inalienável dignidade da vida que move as pessoas e os movimentos a protestar, a resistir e a mobilizar-se para mudar a sociedade.

Não tem cuidado com os pobres e excluídos quem não os ama concretamente e não se arrisca por sua causa.

Quarto: Cuidado com nosso corpo na saúde e na doença.

Através do corpo se mostra a fragilidade humana. A aceitação da mortalidade da vida nos faz estender de forma diferente a saúde e a doença.

A doença remete à saúde. Toda cura deve reintegrar as dimensões da vida sã, no nível pessoal e social e no fundamental que diz respeito ao sentido supremo da vida humana.

Por isto, o primeiro passo consiste em reforçar a dimensão - saúde para que ela cure a dimensão – doença. Que significa cuidar do nosso corpo? Implica cuidar da vida que o anima, cuidar do conjunto das relações com a realidade circundante, relações essas que passam pela higiene, pela alimentação, pelo ar que respiramos, pela forma como nos vestimos, etc.

Finalmente, quem construirá uma nova Ética para uma nova Política?

Nós (a classe política, o eleitor, e toda a sociedade acreana).

NOSSA VISÃO DE FUTURO

O texto acima, do saudoso professor Mastrangelo, diz que para que seja possível uma nova ética na política, cabe aos próprios políticos tomar a iniciativa para a mudança.

Nós da Coligação Produzir para Empregar estamos preparados para o exercício dessa nova ética na política. Estamos preparados para combater a corrupção e para cuidar das pessoas. Estamos preparados para construir um Acre mais solidário, mais justo e mais fraternal.

Por isto, assumimos o papel de sermos parte deste processo por uma nova ética na política acreana.

E para isto, vamos ser o governo de mudança com os seguintes princípios:

- a) Combater a miséria, assegurando direitos, como moradia, saúde e seguranças básicas;
- b) Criar condições favoráveis a oportunidades de emprego e geração de renda;
- c) Garantir liberdade às organizações civis como sindicatos, Ongs, igrejas e à imprensa;
- d) Permitir que a iniciativa privada desenvolva alternativas e soluções para o desenvolvimento sustentável da economia local e regional;
- e) Garantir a todas as pessoas os direitos a liberdade de expressão, livre exercício de sua vontade política e proteção aos direitos civis das minorias.

Por isto, nossa visão de futuro é que com a força do trabalho de todos nós, e com o exercício da plena liberdade de ideias, cada indivíduo de nossa sociedade poderá ter acesso efetivo à educação, saúde, e a justiça social, de tal forma que poderemos construir uma sociedade melhor para todos: uma sociedade de abundância, de fraternidade e de verdadeira nobreza. E assim, tornar real a sociedade dos sonhos de todos que vivem nestas terras.

Por isto, o mais forte compromisso do novo governo será mudar a forma de fazer política, para que as pessoas possam voltar a sonhar e trabalhar por um futuro melhor para si e para seus descendentes.

Produzir para Empregar.

Sobre a Equipe de Trabalho

A equipe responsável pela elaboração do Plano de Governo da Coligação Partidária **Produzir Para Empregar** foi composta por, técnicos, estudantes, trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, empresários, representantes dos movimentos sociais, voluntários e militantes do Democratas (DEM), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Verde (PV).

A elaboração do Plano de Governo iniciou-se no segundo semestre de 2013, com as discussões sobre as diretrizes políticas.

A partir desta definição, foi formada a equipe técnica, a qual ficou responsável pelas tarefas de debater com diferentes setores da sociedade acreana as diretrizes programáticas para uma gestão pública pautada em uma nova perspectiva, capaz de possibilitar uma profunda mudança na definição de prioridades e na construção de um novo modo de governar o Acre.

Esse debate, se constituiu na fase de identificação das necessidades e demandas prioritárias da sociedade civil, buscou compreender as demandas da sociedade acreana que devem efetivamente atendidas em um novo governo que, de fato, esteja comprometido a realizar as ações necessárias ao desenvolvimento socioeconômico do Estado do Acre.

Isto significa que, na prática, as diretrizes político partidárias do Plano de Governo passaram a ser norteadas, especialmente, com base nas aspirações e necessidades da sociedade acreana.

Neste processo, por limitações impostas pela Legislação Eleitoral Brasileira, as demandas identificadas na sociedade foram discutidas somente internamente no âmbito dos partidos políticos que compõe a coligação Produzir para Empregar.

Identificadas essas prioridades, passou-se a elaboração do Plano de Governo propriamente dito, para que pudesse formalmente apresentado à sociedade acreana. Documento esse, que a partir do processo da campanha eleitoral, deverá ser enriquecido e passar por novas correções e ajustes para que seja implementado.

O resultado desses debates constitui-se neste documento, que se consolida com a aprovação política da Coligação Produzir Para Empregar e cuja redação final foi realizada pela equipe técnica a seguir identificada:

Coordenação:

Paulo Guilherme Salvador Wadt

Vice coordenação:

Onildo Ximenes Muniz

Membros:

Carlos Roberto Rodrigues da Silva

Jarbas Anute Costa

Márcio Matos Mourão

Mauro Sérgio Ferreira da Cruz

Dr. Miguel Angel Suarez Ortiz

Nayara Vilas Boas

Stenio Cordeiro de Melo

Wania Lilia Maia Viana

Importante mencionar, que muito outros integrantes que participaram ativamente da elaboração deste documento não puderam autorizar sua identificação na equipe do plano de trabalho por temerem represálias.

PRODUZIR PARA EMPREGAR

A mudança que o povo quer!

Tião Bocalom (Governador)
Henrique Afonso (Vice-Governador)
Dr. Roberto Duarte (Senador)



Rio Branco-Acre, Julho de 2014